

ANÁLISE

O crescimento de apenas 2,91% do (PIB) em 1996 é insuficiente para as necessidades de renda e emprego dos brasileiros, escreve Lula

INTERNACIONAL

A delegação do MST foi tratada com honras de chefes de Estado na Bélgica, onde foi receber prêmio da Fundação Rei Balduino

MOBILIZAÇÃO

Plenária em São Paulo discutiu a ampliação das campanhas contra a venda da Vale, pela Reforma Agrária e por mais empregos

pt notícias

Nº. 48 - ano 1 - 07 a 13 abril de 1997

PT 17 anos

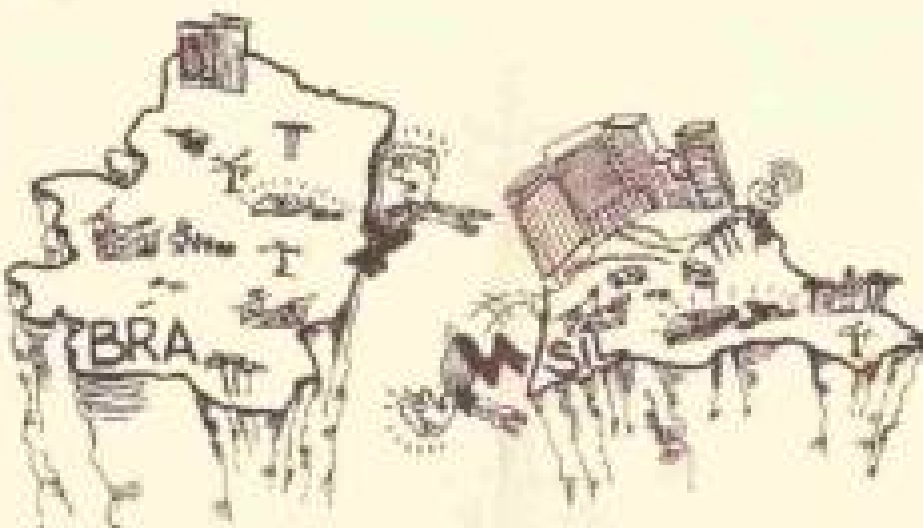
Cidades sofrem com descaso federal

Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) dá um quadro dos desníveis sociais dentro do País. O levantamento, que resultou na produção do Atlas Regional da Desigualdade, deixa claras as conseqüências da interrupção dos investimentos, por parte do Governo Federal, nas áreas mais carentes do País, principalmente nos Estados do Norte e Nordeste. São elas o alto índice de analfabetismo, de mortalidade infantil, a queda na renda familiar, a piora na qualidade de vida nas regiões mais pobres, entre outros fatores.

Isso acontece porque o Governo Federal há muito tempo não toca programas de desenvolvimento regional, que reduzam a distância entre as regiões mais pobres das mais ricas do Brasil. Ao mesmo tempo, o Executivo Fe-

deral tira recursos de Estados e municípios, centralizando a captação de verbas, desrespeitando até o sistema federalista existente no País. Prova disso é o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), que retira dos outros níveis de governo um dinheiro que não lhe pertence, em nome do saneamento das finanças federais. Essa política não livra nem os Estados mais desenvolvidos, afetando igualmente as regiões Sul e Sudeste.

É nesse contexto que os prefeitos que assumiram seus postos no dia 1º



de janeiro chegam ao cem dias de governo. O quadro é parecido em praticamente todas as cidades: dívidas, salários e compromissos com fornecedores atrasados, baixa arrecadação, ser-

viços públicos sucateados, servidores desmotivados. Além disso, há o desafio de o poder público municipal abraçar as tarefas abandonadas pelo Governo Federal e, em conseqüência, pelos estaduais: o desenvolvimento regional, a geração de emprego e renda, o cuidado com a saúde e a educação e, até, a segurança.

Para os prefeitos eleitos pelo Partido dos Trabalhadores, há um outro desafio, que é o de implementar o Modo Petista de Governar, o que implica abrir canais para a população participar da administração,

para ela acompanhar as dificuldades, ajudar a definir as prioridades e somar esforços para enfrentar as elites, oligarquias e as práticas conservadoras de se fazer política.

Nos textos a seguir, iniciamos um balanço dos primeiros cem dias de algumas administrações democráticas e populares (a exceção é Belém, que preferiu usar como referência os 113 dias de governo), o quadro encontrado e como os prefeitos e prefeitas têm conseguido imprimir a marca do PT nas cidades, apesar das adversidades. Para esse trabalho, escolhemos sete cidades de diferentes regiões do País e que estão sendo administradas pela primeira vez por petistas, com exceção de Santo André (SP), que volta a ser governada pelo PT após um intervalo de quatro anos.

Finanças: em busca do equilíbrio

Assoladas pela falta de investimentos pelos governos Federal e estaduais, as prefeituras têm de sair em busca de recursos próprios para manter as cidades e tocar seus projetos. A saída é melhorar a arrecadação de impostos municipais e fiscalizar intensamente os repasses de recursos estaduais e federais.

A prefeita de Araquá, cidade de 35 mil habitantes do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, uma das regiões mais pobres do País, Maria do Carmo Ferreira da Silva, a Cacá, encontrou o município endividado. "A Prefeitura estava suja na praça, sem crédito até para comprar remédios", relata Milton Ávila, chefe de gabinete de Cacá. Para piorar, a equipe encontrou o setor de cobrança desestruturado. "A prática do clientelismo, adotada pelas gestões anteriores, criou na cidade uma situação de inadimplência muito grande. Pouquíssimos moradores

pagavam IPTU", disse Milton.

Uma das primeiras medidas foi reorganizar o setor de cobrança e promover uma campanha de pagamento do IPTU, o que já rendeu resultados: em três meses, a arrecadação com o imposto triplicou. "Mostramos à população que o pagamento de impostos reverte em seu próprio benefício", ilustra.

Maior fiscalização e eficiência no lançamento de impostos também é a atitude imediata tomada pelo prefeito Décio Lima, de Blumenau (SC), para melhorar a arrecadação. "Encontramos o cofre municipal vazio e tivemos de recorrer a um empréstimo para pagar o funcionalismo. A ordem agora é contenção de gastos e fim do desperdício do dinheiro público", comenta Décio.

Em Camaragibe (PE), o prefeito Paulo Santana deparou-se com uma receita própria de apenas 3%, sendo o restante fru-

to de repasses e transferências. A cidade é nova (foi emancipada de Recife em 1982), tem 120 mil habitantes, apenas 3% das residências servidas por esgoto, maioria das ruas sem pavimentação, ocupação desordenada de encostas de morros e grande índice de evasão escolar e repetência. Para intervir com mais eficiência na solução desses problemas, Santana está investindo no aumento da arrecadação através do recadastramento imobiliário, com o qual pretende identificar a inadimplência e cobrar os impostos. "Convocamos fiscais de renda aprovados em concursos anteriores para tocar esse trabalho", adiantou.



Laca: inadimplência grande

Prioridade absoluta à Saúde

Camaragibe (PE) vem dando um exemplo para o País na área de Saúde. O prefeito atual, Paulo Santana, foi o secretário da Pasta na gestão anterior. No período, Santana implantou na cidade os programas de Saúde da Família e de Agentes Comunitários de Saúde. Os projetos, iniciados pelo Governo Federal, ganharam impulso em Camaragibe, o que levou a cidade a obter mais recursos para o setor. Os programas estão sendo ampliados pelo prefeito, que tem como meta atingir toda a população.

Em Araquá (MG), a prefeita Cacá está buscando a cooperação regional para enfrentar uma dificuldade nessa área. É que os municípios vizinhos ca-



Edmilson: municipalização

recem de equipamentos de saúde, o que faz com que seus moradores recorram a Araquá quando precisam de atendimento médico. Como presidente da Associação dos Municípios do Médio Jequitinhonha, Cacá está discutindo uma maneira de os prefeitos dividirem as despesas, para não sobrecarregar sua cidade, que dispõe de uma policlínica e oito postos de saúde na área rural.

Belém (PA) iniciou o ano com uma situação crítica na área de Saúde. A medida imediata tomada pelo prefeito Edmilson Rodrigues foi habilitar o município como gerenciador do sistema, para resolver um problema sério que era a falta de controle absoluto na área.

Educação levada a sério

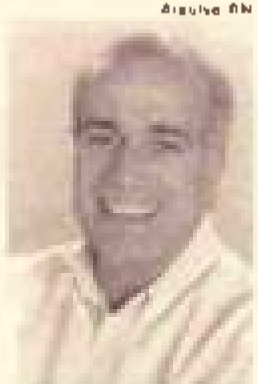
São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, estabeleceu como meta para a administração o lema Nenhuma Criança Fora da Escola. Nesses cem dias, o prefeito Amilton Gadelha já conseguiu imprimir sua marca, descentralizando o pré-escolar, com a criação de oito novos núcleos de ensino nos bairros, chamados de Maloca do Saber.

A educação também foi a primeira área a merecer especial atenção do prefeito de Belém (PA), Edmilson Rodrigues. Seu primeiro decreto assinado tratou da criação da Bolsa-Escola, que garante um salário mínimo por mês às famílias de baixa renda, desde que mantenham seus filhos, entre 4 e 14 anos, na escola. A complementação de renda é paga a 2.500 famílias, desde que as crianças tenham frequência mí-

nima de 90% das aulas.

Camaragibe (PE) inova com a instituição dos agentes de educação popular, que são o elo da escola com a comunidade. O objetivo é eliminar a evasão escolar e a repetência.

Celso Daniel, em Santo André (SP), encontrou 11 creches inacabadas pela gestão anterior. Eram 891 crianças sendo atendidas em locais inadequados. "Nesses primeiros cem dias, já conseguimos garantir o atendimento de 631 dessas crianças", informou Daniel.



Daniel: creches inacabadas

Administrar lado a lado com a população

O orçamento participativo, símbolo do Modo Petista de Governar, é um dos mecanismos que vem sendo adotados pelas prefeituras administradas pelo PT para administrar junto com a população, estabelecendo com ela a destinação dos recursos e as ações prioritárias.

Em Belém (PA), o orçamento participativo já é realidade para quase 12 mil moradores. Desde 24 de fevereiro, já foram promovidas diversas assembleias com a população para discutir como serão gastos os recursos da Prefeitura.

Celso Daniel, em Santo André (SP), iniciará em junho a discussão do orçamento participativo nas 18 regiões da cidade. "O processo durará dois meses, inclusive com a realização de plenárias temáticas. Após esse período, criaremos o Conselho de Orçamento Participativo, composto por representantes da popula-



Pepe: 60 reuniões nos bairros

ção e do poder público, que terá por finalidade discutir e aprovar a proposta final que será apresentada à Câmara".

O prefeito Paulo Santana, de Camaragibe (PE), tem adotado desde o início de seu mandato a prática de governar junto com a população. Ele se reúne duas vezes por semana com a comunidade para discutir os problemas da cidade. "No próximo dia 19, o ex-prefeito de Porto Alegre (RS) Olívio Dutra estará na cidade para aprofundar a discussão, que já envolve temas fundamentais para o governo, como a proposta de descentralização administrativa, que dividirá a cidade em regiões", anunciou Santana.

Em Blumenau (SC), a proposta de orçamento participativo já foi lançada e começará a ser discutida nos bairros em maio. "Estamos reestruturando os Conselhos Municipais, para ampliar a participação popular, e realizando audiências com associações de moradores", informou o prefeito, Décio Lima. Em processo de implantação está também o orçamento participativo em Caxias do Sul (RS). "Nos meses de janeiro e fevereiro, foram realizadas mais de 60 reuniões com a comunidade nos bairros, esclarecendo a proposta e definindo o processo de implantação da medida", comentou o prefeito Pepe Vargas.

RECADO AO MILITANTE



EM APOIO À CPI DOS PRECATÓRIOS

Partido dos Trabalhadores reitera total apoio à CPI dos Precatórios e particularmente ao senador Eduardo Suplicy, representante do PT na Comissão. Para o PT, não se pode aceitar a versão segundo a qual o Governo Federal, através do Ministério da Fazenda e do Banco Central, não participou do processo de emissão de títulos públicos dos Estados e Municípios para pagamento dos precatórios.

A gravidade dos fatos já descobertos e comprovados pela CPI, a responsabilidade dos governadores, prefeitos e das autoridades no Governo Federal, Ministério da Fazenda e Banco Central, no Poder Judiciário e nas instituições bancárias e financeiras exigem que a CPI não se limite a apurar a responsabilidade de funcionários públicos, diretores de bancos, corretoras e distribuidoras.

Só foi possível a governadores e prefeitos emitirem mais de três bilhões de reais em títulos públicos destinados basicamente a pagamento de fornecedores, pessoal e, quase nunca, precatórios devido à conivência do Governo Federal e de sua maioria no Senado.

Só foi possível a atuação de pequenos bancos, distribuidoras, corretoras e laranjas com o conhecimento e participação dos grandes bancos e de todo o mercado, que sabe e sabia quem eram as personagens e o que faziam. Nesse sentido, chama a atenção o fato de que, na maior parte dos casos, os recursos obtidos com a venda dos títulos foram usados para pagamento de empreiteiros e bancos — liquidação de operações de adiamento de receita orçamentária (AROs) — que, evidentemente, sabiam que os recursos vinham dos precatórios e foram coniventes com o crime praticado pelos governadores e prefeitos.

Tudo foi feito com autorização — através de acordos políticos — indireta do Governo Federal, conhecimento do mercado, o que só agrava os crimes cometidos contra o

patrimônio público, o fisco e a Constituição.

Os prefeitos e governadores cometeram crime constitucional e são passíveis de impeachment e nada justifica a não-instalação de CPI em São Paulo.

O caso paulistano se agrava com os antecedentes do ex-prefeito Paulo Maluf e do caso Pau-Brasil. Na verdade, tudo foi originado dentro da Secretaria de Finanças, dirigida pelo atual prefeito Celso Pitta. Dali partiu toda iniciativa e ali se organizou com bancos, corretoras, distribuidoras e empresas fantasmas todo o esquema dos precatórios.

Não se pode também deixar de destacar a responsabilidade do Senado da República. É grave a iniciativa de um senador no sentido de impedir as investigações da CPI através de ameaças de morte. É criminosa a retirada do texto aprovado de artigos de resoluções propostos pelo senador Lauro

prefeito Paulo Maluf e o atual Celso Pitta e os senadores que relataram os processos sejam ouvidos pela CPI. Fica evidente que o prejuízo do Tesouro Público beneficiou funcionários públicos, banqueiros, corretoras e doleiros. Falta apenas apurar os benefícios de governantes e os "prejuízos" inexplicáveis de alguns bancos. Seriam doações para campanhas eleitorais, esquemas de lavagem de dinheiro ou simplesmente uma ciranda que produz centenas de milhões de reais em lucros?

O PT fará todo empenho para que a CPI esclareça a responsabilidade também do Governo Federal, dos grandes bancos e, particularmente, do prefeito Celso Pitta e do ex-prefeito Maluf. Se empenhará também pela instalação imediata de uma CPI em São Paulo, como já o fizemos em Santa Catarina, Alagoas e até mesmo Pernambuco.

O PT também trabalhará para punir os responsáveis por mais este assalto ao dinheiro do povo. Com orgulho, destaca que seus governos não lançaram mão do uso imoral e ilegal de emissão de títulos públicos para fins criminosos. Portanto, não pode aceitar as tentativas de senadores governistas e de autoridades do Banco Central e do Ministério da Fazenda de impedir os governadores e prefeitos de emitirem títulos públicos.

A crise de endividamento dos Estados só será resolvida num novo pacto federativo, numa mudança radical da política econômica, exige uma reforma tributária e fiscal e passa necessariamente por uma moratória e pelo alongamento da dívida dos Estados. O Governo Federal só tem agravado a situação dos Estados com sua política de juros elevados, de centralização dos recursos dos Estados através do Fundo de Estabilização Financeira, de isenção de ICMS para exportação e outros mecanismos.

O que se esperava e se espera dos governadores é que reajam a esta política e exijam do Governo Federal um novo pacto federativo e uma ampla reforma fiscal.

José Dirceu



Campes e que inviabilizariam tais ilegalidades. Mas nenhuma providência foi tomada até agora. Igualmente grave foi a não-aceitação das recomendações do senador Eduardo Suplicy. Uma delas era destinada a impedir que os recursos fossem utilizados para outras finalidades. Outra obrigava a Prefeitura de São Paulo a enviar um demonstrativo, a cada três meses, dos pagamentos ao BC.

É por isso que o PT apóia e exige que os governadores, prefeitos, o ex-

CARTAS

O PT em Campinas

O PT, considerado o maior partido de esquerda no Brasil, é também o maior partido de esquerda na cidade de Campinas. Atualmente, com dois vereadores, um deputado estadual e um deputado federal, o PT teve também uma expressiva votação em seu candidato a prefeito Antonio Costa Santos, que ficou em terceiro lugar nas últimas eleições municipais.

O maior desgaste do Partido dos Trabalhadores foi na época em que foi governo, do então prefeito Jacó Bittar, que se desligou do partido no meio do seu mandato, após sérios descontentamentos com a Executiva Municipal. Hoje, a maioria dos dissidentes está no PSB ou no PSTU.

A disputa pelo poder pelas correntes da Igreja e a Hora da Verdade causam um aspecto visível de desunião do parti-

do. Enquanto a Igreja tem um deputado estadual, dois vereadores e a presidência municipal, a Hora da Verdade tem um deputado federal. Talvez essa disputa interna tenha ocasionado o afastamento do PC do B do PT e sua coligação com o PSB nas eleições, considerado até então seu aliado natural.

Apesar disso, entre os partidos que têm representatividade na Câmara Municipal de Campinas, o PT é o que tem uma postura mais coerente, pois faz uma oposição clara ao governo do PPB, e não possui nenhum cargo na atual administração.

O PCB de Campinas parabeniza a oposição petista em nossa cidade, e luta também pela união das esquerdas.

Denis César Teruya,
presidente do PCB-Campinas (SP)

Novo jeito de construir o Partido

Algo que me tem angustiado há alguns anos. É a forma como temos construído nossas discussões internas no Partido, ao menos aqui em Brasília. Temos uma sistemática, ou melhor, uma metodologia de organizar encontros, definir teses e tirar resoluções que, acredito, não tem possibilitado um efetivo processo de construção coletiva do Partido. Passamos às vezes o ano sem realizar filiações e, nas vésperas de encontros, chove, de acordo com a conveniência e interesse de se ganhar os encontros.

Elaboramos teses entre poucos, mas, na hora em que são publicados os cadernos de teses, o número de assinantes das mesmas multiplica (tem gente que fica sabendo que está assinando tese no dia do encontro, quando vê seu nome em alguma delas). Vamos aos encontros, em geral, não para debater e construir uma tese global do Partido, mas sim para antecipadamente defender a nossa, pois "é

a melhor" e não podemos perder espaço.

Criticamos muitas vezes as melhores idéias de companheiros pelo simples fato de não podermos deixar "fulano" crescer no Partido. Gostaria de discutir, trocar idéias com companheiros que estejam também com esta angústia e que têm procurado alternativas.

Acredito que devamos mudar o norte de alguns processos de discussão e resolução. Talvez seja muito melhor que busquemos que qualquer resolução, qualquer tese tenha garantida a participação e de alguma forma contemple em sua construção cada um dos possíveis. do que, como é praxe, emprendermos esforços para que nossa posição passe a todo custo, mas que depois, na hora de ser efetivada, a ação é boicotada pelos "perdedores". Parece meio utópico... mas eu aceito o desafio.

Pedro Gontijo, Brasília (DF).
E-mail: pedrogontijo@rudah.com.br



Cartas para esta seção devem ser enviadas ao seguinte endereço: Rua Conselheiro Nébias, 1.052, Campos Eliseos, São Paulo, SP, CEP 01203-002. Também podem ser enviadas para o e-mail da Secretaria Nacional de Comunicação na Internet: comunic@pt.org.br

Análise

O PIB e o reflexo sobre o emprego

O crescimento de 2,91% do PIB (Produto Interno Bruto) em 1996, anunciado no início de março pelo IBGE, ficou abaixo das expectativas e foi absolutamente insatisfatório para as necessidades de renda e emprego da população brasileira. É um crescimento lento para um país que já cresceu a taxas de 7, 8 e até mais de 10% ao ano. Quais são os efeitos desse desempenho mediocre sobre a vida do cidadão? Com um aumento populacional da ordem de 1,6% ao ano, isso resulta no crescimento da renda per capita de apenas 1,3%. Convenhamos, é muito pouco para uma Nação que tem sérios problemas de miséria para erradicar.

Um crescimento tão baixo exerce um efeito devastador sobre o emprego. Como acomodar os dois milhões de brasileiros que a cada ano atingem a idade adulta e engrossam o mercado de trabalho? Seria preciso crescer a uma taxa de 6 a 6,5% ao ano somente para acomodar os novos candidatos a postos de trabalho, sem falar daqueles que estão na fila de espera há muito tempo. Portanto, o PIB de 2,91% é irrisório e mal dá para manter a quantidade de empregos já existentes. É por isso que o desemprego vem se alastrando como uma praga desde o início dos anos 90. Na

década toda, só houve um ano, o de 1994, em que o crescimento do PIB atingiu a marca dos 6%. Nos demais, ficou abaixo, acumulando um exército de desempregados de milhões de brasileiros.

Mas o governo Fernando Henrique Cardoso não parece muito preocupado com o problema do desemprego. Para os técnicos do governo, o nível de desemprego no Brasil é baixo e não passa de 6% de toda a população economicamente ativa, conforme indicam as pesquisas do IBGE. Bem se vê

Há fortes indícios de que os números do IBGE maquiavam uma parcela importante do desemprego que de fato existe hoje no Brasil

que o sr. presidente circula apenas nos luxuosos gabinetes de Brasília, onde a mesa é farta e todos têm ótimos empregos garantidos. Porque, se caminhasse pelas ruas de qualquer cidade brasileira, veria com seus próprios olhos que os números de desemprego do IBGE estão subestimados. São legiões de pedintes, vendedores ambulantes, biscateiros e assaltantes se acotovelandos para conseguir um mínimo de sobrevivência nas esquinas das cidades. O número de crianças de rua aumen-

tou muito em São Paulo, entre 1995 e 1997, de acordo com o SOS Criança. Há cerca de 1,4 milhão de crianças na Grande São Paulo cujos pais ganham menos de dois salários mínimos, com grande possibilidade de acabar nas ruas.

Portanto, há fortes indícios de que os números do IBGE maquiavam uma parcela importante do desemprego que de fato existe hoje no Brasil. Os motivos são óbvios. Qualquer atividade remunerada, por insignificante que seja, é tida como "emprego" para o IBGE. Por esses critérios muito amplos, qualquer um que trabalhe pelo menos uma hora por semana e receba uma remuneração é considerado "empregado". Por exemplo, um biscateiro que lava apenas um carro ao longo de toda uma semana, ganhando, digamos, uns R\$ 10,00, é classificado como empregado pelo IBGE. Desse jeito, até que não é muito difícil ser empregado. O difícil é viver com R\$ 40,00 por mês.

Já a Fundação Seade e o Dieese utilizam critérios bem mais rigorosos para

identificar a magnitude do desemprego no Brasil. De acordo com o levantamento desses órgãos, o desemprego não pára de aumentar desde o final dos anos 80. Somente na Região Metropolitana de São Paulo, as taxas de desemprego subiram de 8,7%, em 1989, para 14,2% em 1994 e 15,1% em 1996, acumulando 1,2 milhão de desempregados na maior aglomeração urbana do Brasil. Como vemos, são taxas bem mais expressivas que os 6,2% do IBGE. Nas outras capitais, o panorama não é muito diferente e as taxas de desemprego oscilam entre 11% e 15%. São cerca de 7,5 milhões de desempregados em todo o Brasil.

Ao invés de virar as costas para um problema dessa magnitude, o Governo

FHC deveria estimular atividades como a construção civil, a pequena produção agrícola, a micro e pequena empresa, as obras de saneamento e várias outras com grande potencial de emprego, de modo a empurrar o PIB para um aumento de mais de 6% ao ano. Mas, como fazer isso se qualquer elevação do PIB resulta hoje em perigoso déficit comercial? É aí que reside o nó da questão. Enquanto não mudar a política cambial e tarifária, é o próprio governo que vai segurar a economia, condenando o País a um crescimento mediocre, com alto desemprego, enfim, a um grande desperdício de nosso potencial produtivo.

Luiz Inácio Lula da Silva

Expediente

notícias é uma publicação semanal do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. **Presidente Nacional do PT:** José Dirceu / **Secretária Nacional de Comunicação:** Vera Gomes / **Jornalista responsável/Edição:** Carlos Mercun (Mtb 19.645) / **Redação:** Carlos Mercun, Mariângela Graciano, Myrian Luiz Alves / **Administração:** Ricardo Bimbo, Lia Gonçalves / **Projeto Gráfico:** Fábio Cotrim Meirelles / **Editoração eletrônica:** Sandra Luiz Alves / **Sede:** Rua Conselheiro Nébias, 1.052, Campos Eliseos, São Paulo (SP), CEP 01203-002, tel.: (011)224-1900 (PABX), fax (011)222-9665 / **Tiragem:** 11 mil / **Impressão:** Bangraf.



Banqueiros vão depor à CPI

A grande novidade da CPI dos Títulos Públicos é a convocação de presidentes e diretores de grandes bancos para depor. A convocação acabou sendo aprovada apesar das pressões dos senadores Bernardo Cabral (presidente da CPI) e de Antônio Carlos Magalhães (presidente do Senado) contra a vinda de presidentes dos bancos.

Os dirigentes do Bradesco, Banco Multiplic, Caixa Econômica Federal e Banestado (Banco do Estado do Paraná) foram chamados para explicar aos senadores por que não compraram os títulos públicos nos leilões feitos pelos Estados e municípios envolvidos. A falta desse procedimento permitiu o trânsito dos papéis por uma rede de pequenos bancos e corretoras, empresas de fachadas e *laranjas*, fazendo com que os títulos acabassem sendo comprados com ágio e trazendo lucros extraordinários aos personagens dessa verdadeira *corrente da alegria*.

Segundo avaliações, os bancos e também fundos de pensão de estatais acabaram tendo prejuízo que chega à cifra de R\$ 100 milhões. No final da linha, quem acabou pagando o prejuízo foram os aplicadores nos bancos e os contribuintes dos fundos. Eles perdem porque, com a pretensa irresponsabilidade das instituições às quais confiaram a gestão de sua poupança, deixam de obter um rendimento melhor às suas aplicações.

Como dirigentes de bancos como o Bradesco não são novatos no mercado financeiro, fica no mínimo estranho

APURAÇÃO TOTAL DA CORRUPÇÃO



Pitta-Maluf

Participa da Marfiteação

acreditar que as instituições levaram a pior nas transações com os títulos, pagando ágio para empresas de pequeno calibre, por ingenuidade. Os banqueiros têm muito a explicar à CPI...

Suspeita antiga

Em 16 de maio de 94, o senador Eduardo Suplicy (PI-SP) já alertava o Banco Central sobre possíveis irregularidades na emissão de títulos pela Prefeitura de São Paulo.

O senador enviou, naquela data, ofício ao BC solicitando atenção do órgão quando fosse dar seu parecer na emissão dos papéis antes de enviá-lo ao Senado para apreciação. No ofício, Suplicy alertava que vinha acompanhando havia mais de um ano a emissão de letras da Prefeitura paulistana e verificado que os recursos obtidos não estavam sendo destinados ao pagamento de precatórios judiciais, como manda a Constituição.

Em resposta, quase um mês depois, o BC, então presidido pelo atual ministro da Fazenda, Pedro Malan, tirou o corpo fora, afirmando que os responsáveis pela investigação da irregularidade seriam o Tribunal de Contas do Município e a Câmara Municipal. Acontece que Suplicy baseava-se numa resolução do próprio Banco Central, a de número 11/94, que confere ao BC o poder de fazer essa investigação. Desde então, o senador não obteve mais nenhum retorno. Hoje, já está comprovado que pelo menos R\$ 600 milhões arrecadados pela Prefeitura de São Paulo não foram usados, como deveriam, para pagamento de precatórios.

SECRETARIAS

MST é recebido com honras na Bélgica

Fólio Estrim/Matins/Arquivo DN

"Fomos recebidos como uma delegação oficial, como se fôssemos chefes de Estado." Assim Egidio Brunetto, dirigente nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), avalia a recepção que ele, Ivanete Tonin, do MST gaúcho, e dom José Gomes, bispo de Chapecó (SC), tiveram na Bélgica, onde foram receber o prêmio concedido pela Fundação Rei Balduino ao movimento, no dia 19 de março. Foi uma semana de atividades, que incluíram audiência de 20 minutos com o rei Alberto II, cerimônia no Palácio Real, com a presença da família real e mais de 400 convidados, entre autoridades governamentais, representantes de Organizações Não Governamentais (ONGs) e membros de universidades, e encontro com deputados do Parlamento Europeu. Além de participação em uma festa informal organizada por ONGs, na qual os militantes do núcleo do PT na Bélgica estiveram presentes.

Segundo Brunetto, o evento teve uma repercussão muito grande na imprensa e na sociedade, tanto belga quanto em outros países da Europa. "Percebemos que, hoje, há maior sensibilidade na Bélgica e na Europa em relação à questão agrária no Brasil, apesar de o Governo brasileiro ter tentado nos desmerecer, dizendo ao embaixador belga que éramos baderneiros. Fernando Henrique foi desmoralizado com esta premiação", comentou o dirigente.

Brunetto adiantou que o dinheiro recebido, em torno de 122 mil dólares, será utilizado na capacitação técnica dos educadores que atuam nos assentamentos e das cooperativas formadas para a comercialização da produção das famílias assentadas e na luta pelos direitos humanos.

Xinxim de galinha

O dia 20 de março foi mais informal para a delegação do MST. Após serem recebidos pela Comissão de Direitos Humanos do Parlamento Europeu, quando expuseram a situação de violência no campo no Brasil, Brunetto, Ivanete e dom José tiveram um encontro com os petistas que vivem na Bélgica, integrantes de ONGs, jornalistas e quem mais se interessou em conhecer o trabalho do movimento, totalizando mais de 200 pessoas.

Maria Sueli Peres, integrante do núcleo do PT na Bélgica, que vive no país desde 1974, preparou para a delegação um xinxim de galinha, que aprendeu a fazer com a mãe, quando vivia no Nordeste brasileiro. "Também levamos os três para conhecer, no dia 22, um sábado, locais mais populares da Bélgica, para que eles não saíssem do país apenas tendo visitado palácios e prédios governamentais", brinca Sueli.

A militante conta que levar a delegação do MST para contato com a população belga serviu ainda para dar continuidade ao fato. "Vamos capitalizar a sensibilidade criada com a premiação e trabalhar junto aos parlamentares europeus para manter os olhos e a atenção voltados à questão da Reforma Agrária no Brasil", afirmou Sueli.

Para o dia 17 de abril, data da che-



Brunetto: fomos tratados como chefes de Estado

gada da Marcha do MST em Brasília e quando completa um ano do massacre de Eldorado do Carajás (PA), está sendo preparada uma grande manifestação em frente à Embaixada do Brasil na Bélgica, quando será entregue ao embaixador abaixo-assinado pedindo urgência na realização da Reforma Agrária. "A Embaixada não mandou ninguém para representá-la na cerimônia de premiação, o que criou um embargo diplomático", disse Sueli.

Secretaria Nacional de Relações Internacionais: (011) 224-1915

CIDADANIA

Propostas para o Vale do Ribeira

No dia 31 de março, Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente regional do PT de São Paulo, deputado federal João Paulo Cunha, acompanhados de deputados estaduais e vereadores petistas, estiveram na região do Vale do Ribeira — a mais pobre do Estado — discutindo com prefeitos uma proposta de Desenvolvimento Sustentável para o Vale.

Elaborada pelo Instituto Cidadania, a partir de uma caravana pela região realizada em dezembro de 1995, a proposta apresenta um diagnóstico das condições de vida no Vale, a necessidade de ações integradas — trabalhando políticas ambiental e de infra-estrutura (incluindo transporte, energia, habitação popular, saneamento básico e recursos hídricos e comunicação), além de políticas agrária, agrícola, pesqueira, industrial, ecoturismo, orçamento participativo etc. Segundo o Instituto, o desenvolvimento do Vale do Ribeira necessita de dois tipos de planos: um de Desenvolvimento Regional, previsto para 10 anos (com regularização fundiária e levantamento dos recursos naturais) e um

Emergencial, previsto para os próximos dois anos.

Um dos principais problemas constatados pela caravana é o alto nível de desemprego, agravado pelo sentimento de revolta da população contra a política de proteção ambiental. Praticamente 75% da região são áreas de preservação. A maneira autoritária pela qual foi implantada a política de defesa do meio ambiente provocou ainda mais o empobrecimento de milhares de pequenos produtores, que tiveram suas atividades de subsistência transformadas em crimes inafiançáveis. Para o Instituto, é preciso integrar a questão ambiental dentro de um projeto mais amplo, contemplando o desenvolvimento econômico e social. Para isso é necessário condicionar globalidade, gradualismo, zoneamento e participação popular.

O Programa, apresentado a quase duas dezenas de prefeitos e vereadores da região, havia sido entregue por Lula ao governador Mário Covas em fevereiro.

Instituto Cidadania: (011) 6915-7022

Movimento luta por mais recursos à Saúde

A Plenária Nacional de Saúde, que congrega entidades da sociedade civil interessadas em preservar e assegurar o direito à saúde, da qual o Setorial Nacional de Saúde do PT faz parte, vem batalhando para a destinação de mais recursos para a área, como forma de a população ser beneficiada com a mudança do modelo de gestão implementada com a constituição do Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo Jacinta de Fátima Sena da Silva, uma das coordenadoras da Plenária e membro do Setorial petista, o direito universal da população à saúde não estará devidamente atendido enquanto a questão do financiamento para o setor não estiver resolvida.

Para isso, foi criado o Movimento em Defesa da Saúde e pela Implementação

do Sistema Único de Saúde — SOS SUS —, que luta pela aprovação do Projeto de Lei Constitucional (PEC) 169, do deputado federal Eduardo Jorge (PT-SP). O projeto, já aprovado pela Comissão Especial e aguardando apreciação do Plenário da Câmara dos Deputados, determina a destinação de 30% das receitas das contribuições sociais da Seguridade Social e 10% das receitas fiscais dos Estados e municípios para ações e serviços de saúde.

O Movimento SOS SUS tem buscado adesão de diversos setores da sociedade à bandeira da defesa da saúde e atuado na divulgação da luta por todo o País. Para os próximos dias, estão marcados dois eventos de destaque. Para 7 de abril, Dia Mundial da Saúde, o Movimento

articula a realização de atos públicos em todos os Estados. No dia 16 de abril, haverá ato-show em Brasília, oportunidade em que a luta em defesa do SUS terá condições de ganhar visibilidade nacional.

A presença dos militantes, filiados e dirigentes do PT em todos os Estados e municípios nesses atos é fundamental para garantir a implantação definitiva do SUS e proporcionar a toda a população o direito à saúde e ao controle público da gestão, através dos canais de participação popular previstos na Constituição Federal e na Lei Orgânica da Saúde.

Secretaria Nacional de Movimentos Populares: (011) 224-1912

CUIDE BEM DO PT!

Prestação de Contas
30 de abril de 1997

acompanhe, celebre, registre, celebre.

Não perca o prazo.
Não deixe para a última hora.

Não fique na mão.
Aproveite os dias de crédito -Prestando Contas-
Ligue o apelo do Movimento Nacional.

Secretaria Nacional de Finanças & Planejamento
telefone: (011) 224-1979

Até o dia 30 de Abril, todos os Diretórios e Comissões Provisórias de todos os Estados e Municípios são obrigados por lei a apresentar à Justiça Eleitoral a prestação de contas referente a movimentação financeira de 1996.

Nenhum Diretório ou Comissão Provisória, por nenhuma razão, está dispensado do cumprimento desta exigência legal!

O registro do PT e o repasse das cotas do fundo partidário dependem deste trabalho, bem elaborado e entregue dentro do prazo. Por isso, este assunto de prestação de contas diz respeito a todos e não apenas ao Presidente e ao Tesoureiro de cada diretório. A existência do PT é patrimônio e responsabilidade de todos nós.

Clara Ant - Secretária Nacional de Finanças & Planejamento

Veja o que diz a Lei nº 9.096/95 - Lei Orgânica dos Partidos Políticos:

Artigo 28: "O Tribunal Superior Eleitoral, após trânsito em julgado de decisão, determina o cancelamento do registro civil e do estatuto do partido contra o qual ficou provado: (...) III - não ter prestado, nos termos desta lei, as devidas contas à Justiça Eleitoral.

Artigo 37: A falta de prestação de contas ou sua desaprovação total ou parcial, implica a suspensão de votar, quando do fundo partidário e sujeita os responsáveis às penas da lei, cabíveis na espécie, aplicado também o disposto no Art. 28.

Cartões
PT
Bradesco
Visa

Você não precisa ter conta no Bradesco

Procure o diretório de sua cidade. Agora é ele que ganha com os cartões. Ou ligue para o Diretório Nacional: (011) 223-3944



Campanhas ganham alcance nacional

No dia 25 de março, foi realizada plenária nacional de mobilização, em São Paulo, reunindo presidentes e representantes de 13 diretórios regionais, membros da Comissão Executiva Nacional do Partido e dirigentes petistas da CUT. No encontro, convocado pelo Grupo de Trabalho de Mobilização (GTM), foram discutidas formas de ampliar a participação dos petistas, em todo o País, nas campanhas contra a venda da Companhia Vale do Rio Doce, pela reforma agrária, pelo emprego e contra a precarização do trabalho, que é a pauta de mobilização do PT para este ano.

Durante a plenária, foi apresentado o calendário de mobilizações (ver nesta página) disponível até aquele momento e discutidas formas de os dirigentes estaduais incrementarem a participação de suas bases nas atividades. A luta pelo emprego e contra a precarização do trabalho não tem calendário definido, mas, segundo Luiz Inácio Lula da Silva, precisa estar na pauta de todos os diretórios. "Os dirigentes estaduais têm que tomar a dianteira nesta campanha, procurando organizar, nas cidades, assembleias com os desempregados, ver com os prefeitos

do PT quais propostas eles têm para a geração de emprego e renda e contribuir na mobilização pela redução da jornada de trabalho", orientou Lula.

A chegada da Marcha dos Sem Terra pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça, no dia 17 de abril, em Brasília, é a primeira atividade a ser ampliada nos Estados. Os representantes dos DRs foram incentivados a organizar caravanas à Capital Federal para participar do ato. No levantamento realizado durante o encontro, os Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Goiás, Maranhão, Pará e Tocantins, além do Distrito Federal, já estão se organizando para marcar presença em Brasília no dia 17.

A orientação para os Estados que não puderem enviar caravanas a Brasília é organizar alguma atividade regional, como ato público, manifestação, debate, caminhada, pichação. A idéia é que, em cada município em que haja um núcleo ou diretório do PT, o 17 de abril seja marcado como o dia pela reforma agrária e contra a violência e a impunidade no campo.



Lula fala sobre a campanha contra o desemprego e a precarização do trabalho e pede o empenho dos dirigentes

21 de abril terá ato nacional pela Vale

A mobilização nacional contra a venda da Companhia Vale do Rio Doce terá seu ponto forte em 21 de abril, quando, na cidade de Ouro Preto (MG), será realizado o ato Inconfidência Brasileira. Para esta data, os dirigentes regionais também estarão preparando formas de participação na manifestação, seja com a organização de caravanas até a cidade mineira ou com a realização de atividades em seus Estados em protesto contra a privatização da empresa.



Manifestação contra a venda da Vale em Itabira, em Minas Gerais, em 14 de março, reuniu 10 mil pessoas: manter a mobilização para o dia 21 de abril

Outras manifestações já estão sendo organizadas em todo o País, como a que será realizada no dia 11 de abril, na Cinelândia (RJ), promovida pelo PT, CUT, ABL, entre outras entidades. No dia do leilão da Vale, em 29 de abril, também estão previstas atividades no Rio de Janeiro, para as quais é importante a participação de todos os Diretórios Regionais e Municipais.

Em outra frente de mobilização, está sendo proposta no Congresso Nacional a constituição de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para analisar as irregularidades apontadas no relatório entregue à Comissão Externa da Câ-

mara que acompanha o processo de privatização da estatal. O relatório, preparado por um grupo de 22 especialistas, convidados pela comissão para analisar os documentos sobre a companhia colocados à disposição dos interessados no leilão, indica subavaliação de pelo menos US\$ 2 bilhões no preço da Vale, subestima a Alunorte, que explora bauxita para produção de alumínio, reculta a ocorrência de urânio (mineral de exploração exclusiva da União) na região de Carajás (PA) e não faz nenhuma menção sobre as reservas de titânio.

Investigação

A Comissão Mista também pretende investigar a ligação entre a empresa

Merril Lynch, integrante do consórcio contratado pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para avaliar a Vale, e a empresa de mineração sul-africana Anglo American, potencial interessada na aquisição do controle da companhia.

A intenção da Comissão é descobrir se a Merrill Lynch subavaliou o patrimônio da estatal visando favorecer a companhia sul-africana.

Ao mesmo tempo, haverá tentativa de barrar o leilão através de ações populares e ações diretas de inconstitucionalidade. A alegação para a arguição de constitucionalidade, segundo a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), se baseia em que o Governo não pode fazer concessão sem realizar licitação.

No dia 31 de março, foi lançado, em reunião do Movimento Nacional em Defesa da Vale no Rio de Janeiro, manifesto pedindo a suspensão do leilão, a ser entregue ao presidente Fernando Henrique Cardoso. O manifesto é assinado, entre outros, pelo presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Barbosa Lima Sobrinho, pelo arquiteto Oscar Niemeyer.

Grito da Terra Brasil amplia pauta



A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) lançou, no último dia 19, o 4º Grito da Terra Brasil, com a entrega oficial da pauta de negociação às presidências da República, Câmara e Senado. A partir da segunda quinzena de abril, será definida a agenda de audiências com os ministérios do Trabalho, Justiça, Previdência, Meio Ambiente, Agricultura e Reforma Agrária. O ponto alto da mobilização está previsto para o período de 1º a 15 de maio, em Brasília, quando cerca de dois mil trabalhadores rurais de todo o País se concentrarão na Capital.

Além das atividades em Brasília, as Federações de Trabalhadores na Agricultura de cada Estado realizam atos públicos e rodadas de negociação com os governos estaduais para definição de políticas públicas em nível estadual. São os chamados Gritos da Terra Estaduais, que já foram lançados em Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Rio Grande do Sul.

Este ano, o Grito da Terra Brasil é promovido por um pool de entidades, o que permitirá ampliar o leque de pautas. É o caso do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) e do Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens (MAB), cujas manifestações no início deste mês serviram de aquecimento ao Grito da Terra Brasil. Um grupo com 250 seringueiros esteve em Brasília, no início de março, para negociar com o Governo Federal a implantação do custo ambiental, espécie de subsídio à produção da borracha, que não está conseguindo competir com os preços praticados pelos produtores da Malásia. Hoje, o quilo da borra-

cha brasileira é vendido a R\$ 1,60, quando deveria ser R\$ 3,00.

O CNS reivindica ainda que o Programa para Desenvolvimento do Extrativismo (Prodex) obedeça às mesmas condições do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procrea) e que o Governo realize demarcações de novas reservas extrativistas.

Em Curitiba, no último dia 14, os atingidos por barragens interromperam a BR-116 e promoveram um protesto em frente ao Palácio do Governo, cobrando providências com relação às famílias que perderam suas casas e empregos. A manifestação acabou transformando a data em dia internacional dos atingidos por barragens. (Tânia Almeida/ACN) Contag: (061) 321-2288

PARTICIPAÇÃO É FUNDAMENTAL

As datas de 17 e 21 de abril e a segunda quinzena de maio são cruciais para os petistas. São, respectivamente, os dias de chegada da Marcha dos Sem Terra em Brasília, o ato contra a venda da Vale em Ouro Preto (MG) e o período de mobilização do Grito da Terra Brasil. A plenária nacional realizada no dia 25 de março deliberou que em todo o País sejam promovidas atividades para repercutir essas lutas. Além disso, é importante que os prefeitos, governadores, parlamentares e lideranças ocupem seus espaços na imprensa para divulgar esses eventos em defesa do Brasil.

MOBILIZAÇÃO

ABRIL

- 10 - Encontro das caravanas da Marcha do MST em Cristalina (GO)
- 11 - Passeata contra a venda da Vale na av. Rio Branco, Rio de Janeiro
- 14 - Exposição de fotos de Sebastião Salgado - Natal (RN)
- 17 - Dia Nacional de Luta - chegada da Marcha do MST a Brasília
- 21 - Inconfidência Brasileira - Manifestação em Ouro Preto (MG)
- 29 - Leilão da Vale do Rio Doce, Rio de Janeiro

MAIO

- 1º - Dia do Trabalhador
- 15 a 30 - Atos regionais do 4º Grito da Terra Brasil



CALENDÁRIO DOS PROGRAMAS ESTADUAIS DE RÁDIO E TV DO PT - 1º SEMESTRE

Estados	Datas
AC, AP, BA, CE, DF, MA, MS, PA, PB, PE, PI, RJ, RN, RO, RR, RS, SE e SP	21 de abril
AL e MG	28 de abril
ES, GO, MT, PR, SC e TO	26 de maio

Horários dos Programas

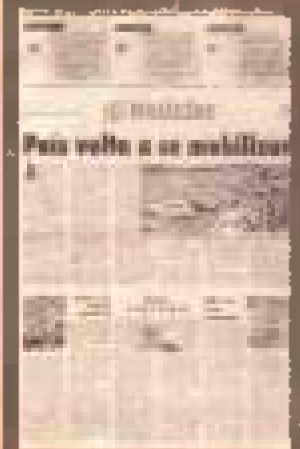
20h às 20h20 (rádio)
20h30 às 20h50 (TV)

CUPOM DE ASSINATURA

Assinatura anual Trimestral Semestral
 Cobrança bancária
 Cheque (informar no Pedido de Trabalho) (informar)
 Debito bancário (informar para Pedido de Trabalho) (informar)
 Banco do Brasil Ag. 2000 - Rua Funchal, 100 - 01101-000
 O nome sobre o comprovante

Nome _____
 Endereço _____
 Profissão _____
 CEP _____
 Bairro _____
 Cidade _____
 Estado _____
 Telefone _____

ASSINE O SEMANÁRIO



Rua Conselheiro Nébias, 1052
 CEP 01203-002 São Paulo/SP
 Fax (011) 220.2103

Agora é oficial: Lula é o candidato do PT à Presidência da República

No dia 11 de dezembro, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, mais de 1,5 mil militantes petistas aplaudiram de pé a confirmação de que Lula é o candidato do PT à Presidência da República em 98.

Recebido por crianças que lhe entregaram flores, Lula foi abraçado, distribuiu autógrafos, deu entrevistas e, só depois das dezenas de cumprimentos da militância e de lideranças de outros partidos, é que o candidato do PT permitiu que se compusesse a mesa.

Presenças

Estavam lá o governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque; a vice-governadora, Arlete Sampaio; o presidente do PT, José Dirceu; senadores e deputados do PT; o presidente do DR/DF, deputado Chico Vigilante; os senadores Ademir Andrade (PSB/PA) e Antonio Carlos Valadares (PSB/SE); os deputados Aldo Rebelo (PC do B/SP), Haroldo Lima (PC do B/BA) e Lindbergh Farias (PSTU/RJ); o ex-deputado Vivaldo Barbosa, do PDT; os líderes na Câmara dos Deputados Aldo Arantes (PC do B/GO), José Machado (PT/SP) e o líder da Oposição no Senado, José Eduardo Dutra (PT/SE), além do presidente nacional da CUT, Vicente Paulo da Silva (Vicentinho), do vice presidente da Contag, Avclino Ganzer, e do coordenador nacional do MST, João Pedro Stédile.

Os prefeitos de Belém (PA), Edmilson Rodrigues; de Betim (MG), Jesus Lima, recém-recuperado de um atentado a tiros; de Porto Murtinho (MS), Myrian Silvestre; e os vice-prefeitos de São Luís (MA), Domingos Dutra, e de Porto Alegre (RS), José Fortunatti, entre outros, estavam também presentes naquela noite em que, após vários discursos emocionados, a militância pôde ouvir as palavras de Lula confirmando sua disposição e sua vontade de transformar as eleições de 98, pela oposição, em um grande movimento de resgate da unidade dos partidos e das entidades organizadas da população.

Hino Nacional

O Hino Nacional foi cantado

do por Adriano Facchini, à "capela", acompanhado por todos.

O secretário de Cultura do Distrito Federal Hamilton Pereira (poeta Pedro Terra) e a deputada Maria Laura (PT/DF) fizeram o cerimonial da noite. Seguindo a tradição, as bandeiras do PT não foram economizadas pelos militantes brasilienses.

Lição de Lula

E foi com as bandeiras levantadas que o governador Cristovam Buarque lembrou a campanha de 94, quando aprendeu com Lula que "a maneira certa de falar ao povo é falar ao coração de cada uma das pessoas que compõem o povo".

Em seu discurso, porém, o ex-reitor Cristovam dirigiu-se ao coração de Lula, afirmando que apenas duas coisas são necessárias para se chegar à vitória no próximo ano: a esperança e a confiança. Até porque, disse, "o governo que aí está não oferece a mínima esperança, e a pouca confiança que ele inspirava chegou ao fim com o espírito de algum especulador em Hong Kong".

Saudação

José Dirceu saudou, em nome dos petistas, todos os companheiros e lideranças do PDT, PC do B, PSB, PMDB e PSTU ali presentes, e aos que estavam representados, como o ex-governador Leonel Brizola, presidente nacional do PDT, na figura do ex-deputado Vivaldo Barbosa.

Para todos, José Dirceu declarou que não vai arrear pé e vai persistir na construção de uma ampla aliança — único caminho para derrotar Fernando Henrique Cardoso.

O presidente do PT falou da simbologia daquela quinta-feira, quando, ainda pela manhã, Lula havia participado de um ato dos metalúrgicos no ABC, em meio às ameaças de demissão pela Volks. Para José Dirceu, "do coração histórico do ABC surge um grito, uma resposta e, principalmente, um compromisso: não nos rendemos e não nos vendemos".

Contra o neoliberalismo

Foram várias as manifestações de 97 que mostraram a resistência popular ao

Sergio Lima/Folha Imagem



Cristovam Buarque e Lula comemoram o lançamento da candidatura no Centro de Convenções Ulysses Guimarães

DN planeja a campanha

Reunido no dia seguinte ao Ato de Lançamento da Candidatura Lula pelo PT, o Diretório Nacional aprovou a realização de um seminário de planejamento para a Campanha Lula. O seminário, que acontecerá nos dias 24 e 25 de janeiro, será submetido e aprovado pela Comissão Executiva Nacional no dia seguinte, 26.

Para apresentar propostas ao seminário, o DN fez as seguintes indicações:

Organograma geral da coordenação de campanha: José Dirceu

Finanças: Clara Ant

Comunicação e Pesquisa: Ozéas Duarte e Jorge Almeida

Informação: Joaquim Soriano

Programa de Governo: Plínio de Arruda Sampaio, Marco Aurélio Garcia, Jorge Branco, João Machado, Aloizio Mercadante e Vicente Trevas

Agenda, mobilização e infra-estrutura: Valter Pomar, Markus Sokol, Delúbio Soares, Francisco Rocha, Romênio Pereira e Vera Gomes.

neoliberalismo, como a Marcha dos Sem-Terra a Brasília, o Grito dos Excluídos, o Encontro Popular contra o Neoliberalismo e a mobilização dos metalúrgicos, lembram o presidente do PT.

Todos esses atos comprovam, para José Dirceu, que essa campanha será feita sem o poder econômico, mas com o apoio da base e da militância.

Lula ouviu do presidente do PT, falando em nome da direção nacional do Partido, que ele pode sair pelo Brasil em campanha, porque já foi feito "um pacto de unidade pela direção nacional e pela militância de

que Lula é o candidato à Presidência da República para vencer, e o PT não lhe vai faltar".

Síntese dos trabalhadores

O coordenador nacional do MST, João Pedro Stédile, disse que Lula é a síntese de todo o processo histórico da classe trabalhadora. Desde a ditadura, sua figura é a "síntese da organização do povo brasileiro".

Lula, afirmou Stédile, é o único que tem condições de defender um projeto alternativo para o Brasil, que "de fato resolve os problemas fundamentais que atingem o nosso povo:

concentração de renda, da terra, o controle dos bancos e a dependência externa". Ele lembrou ainda a necessidade da união da classe trabalhadora e suas organizações com os pobres de todo o país.

Em nome dessas lutas maiores, disse Vivaldo Barbosa, "garantiremos a realização do sonho para a construção de uma sociedade mais justa e de um país independente e soberano".

Sem confronto

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) disse que seu partido não deseja, nem jamais planejou, confrontar-se com o Partido dos Trabalhadores, e muito menos com Lula.

"O PSB caminha na mesma direção e com os mesmos objetivos de mudar esse país de injustiçados, de desigualdades sociais, dominado por forças poderosas, onde os banqueiros é que ditam as normas, em que um presidente lança um livro contendo promessas durante sua campanha e que, depois de eleito, essas promessas são enterradas e o livro é incendiado pela sua mente maquiavélica e maldosa".

Lembrando a presença de seus companheiros Ademir Andrade e o deputado Almino Afonso (SP), o senador afirmou que o PSB ali se encontrava para se ombrear ao PT e para dizer que a luta de Lula é também a luta do PSB. "Sem o PT, que tem militância, nós não poderemos mudar o Brasil", finalizou Valadares.

Liderança

O líder do PC do B, deputado Aldo Arantes (GO), disse que Lula se transformou na maior liderança de esquerda deste país, por sua coerência política e coragem.

O PC do B, afirmou Aldo, busca construir uma frente de centro-esquerda, e para isso é estratégica a unidade da esquerda. E para que isso aconteça, a presença do PT é fundamental, ao lado do PC do B, do PSB e do PDT. "Não se pode imaginar uma frente consistente sem a presença do PT", finalizou Arantes.

Unidade

O ex-deputado Vivaldo Barbosa, do PDT, afirmou que "desejamos continuar essa unidade, segurando as bandeiras de lutas recentes e históricas do nosso povo, e queremos ser agora aqueles que lutaram contra o regime militar, que lutaram pela anistia, que participaram do movimento pelas diretas e do Fora Collor".

PÁGINA 2

Artigos: José Dirceu, Marina Silva, Fernando Damata Pimentel e Maurício Borges Lemos

PÁGINA 3

O PT tem propostas para enfrentar a crise econômica e defender a economia popular

PÁGINA 4/5/6

Uma retrospectiva dos principais fatos políticos de 97 e as perspectivas para 98

PÁGINA 7/8

Marcha pelo Emprego e Encontro Popular reúnem representantes dos 27 Estados

98

Cidadania Para Todos

RECALDO AO MILITANTE



Em boa hora, Lula candidato

O Diretório Nacional, em boa hora, lançou Lula candidato à Presidência da República. Dia 11, em Brasília, realizamos um grande ato público de reafirmação da nossa candidatura. O PT sai na frente e pretende consolidar a candidatura Lula em todo o país.

É bom fazer um pouco de história. Há dois anos estamos trabalhando uma Frente das Oposições, com o PDT, PSB e PC do B. Avançamos muito. Consolidamos o Bloco Parlamentar na Câmara e no Senado. A Frente participou das principais mobilizações de 97: Marcha sobre Brasília, dia 17 de abril; Abre o Olho Brasil, dia 25 de julho; Grito dos Excluídos, dia 7 de setembro e, agora, o Encontro contra o Neoliberalismo por Trabalho, Terra e Cidadania, no Itaipu, em 6 de dezembro.

Além disso, chegamos a um documento comum, que consolidou as teses para a elaboração de um programa de governo e existem propostas, inclusive, de montar uma coordenação comum entre os quatro partidos para trabalhar nas áreas de pesquisa, informações e estratégia para 98.

Nos Estados, temos avançado. A aliança e a Frente estão se consolidando no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná, em Minas Gerais, no Mato Grosso do Sul, no Acre, em

Alagoas, Sergipe, no Pará, no Piauí, no Ceará, no Amazonas e no Distrito Federal.

Mas tudo isso não acontece sem problemas. No Rio de Janeiro, cada dia fica mais próxima a unidade entre o PT e o PDT, que consolidará a Frente dos quatro partidos. Em Pernambuco, temos avançado nas discussões com o PDT, PC do B e PCB. E estamos abertos ao diálogo com o PSB, dependendo da consolidação da Frente nacional.

Com avanços importantes nos Estados, poderemos consolidar a aliança nacional e vice-versa. Daí o Diretório Nacional ter priorizado a nossa aliança com o PDT, não só em reconhecimento ao papel e à liderança de Leonel Brizola, mas principalmente porque Brizola e o PDT já declararam apoio ao Lula e se dispuseram, inclusive, a compor a vice-presidência da República.

Temos de ter clareza da complexidade do momento político que estamos vivendo e dos problemas que enfrentamos na Frente das Oposições.

Problemas regionais, como no Rio de Janeiro e em Pernambuco, e problemas do perfil da Frente, com a participação do PPB no Amazonas ou dos setores conservadores na Paraíba. Problemas insolúveis e inaceitáveis como o apoio a Cafeteira no Maranhão,

Mas temos que trabalhar para consolidar a Frente em todos os Estados e nacional, além do apoio à candidatura de Lula. Sabemos que o PSB e o PC do B, apesar de reiteradas declarações de reconhecimento da liderança de Lula e do seu papel na história de nosso país, insistem na análise de outros nomes. O PSB, na prática, busca um nome de centro para encabeçar a aliança.

Nossa posição tem sido bastante clara. O PT apresentou um nome desde setembro para a Frente. Recebeu o apoio de Brizola e do PDT e reafirma sempre a expectativa de que o PSB e o PC do B oficializem à Frente suas propostas de candidatura presidencial, programa e caráter da Frente.

Foi por isso que adiamos o Encontro Nacional Extraordinário para os dias 7 e 8 de março de 98, demonstrando, como diz a nossa resolução, com essa atitude, todo o empenho que temos em construir a política de alianças, na certeza de que é uma exigência histórica da oposição, o melhor caminho para a vitória do povo em 98.

Mas o PT não pode e não deve ficar parado. Por isso, dia 12, o Diretório Nacional fez uma reunião extraordinária em Brasília, com uma pauta única: candidatura Lula.

Vamos começar a trabalhar numa avaliação das pesquisas, que já temos: na constituição de

um grupo de trabalho para dar continuidade aos debates sobre o anteprojeto de programa de governo, em acordo com os demais partidos de oposição; organizar a agenda de Lula para a mobilização partidária no próximo período; e vamos preparar a pré-campanha presidencial, tomando todas as iniciativas que dizem respeito à campanha nas áreas de pesquisa, comunicação e finanças.

Lula terá uma agenda em janeiro e fevereiro por todo o Brasil e estará no maior número possível de Estados. E, a partir da agenda do Encontro contra o Neoliberalismo, vamos construir uma agenda de lutas sociais para 98, realizando no mês de maio a Marcha pelo Emprego, com os demais partidos e entidades do campo democrático e popular.

É na expectativa de ampliar o arco de alianças para além da esquerda, com setores como Roberto Requião, no Paraná; Jackson Barreto, em Sergipe; Zaire Rezende e outros deputados, em Minas Gerais; que Lula percorrerá o Brasil.

O PT tomou sua decisão. É hora de toda a nossa militância empunhar a candidatura Lula e trabalhar para consolidar a Frente nos Estados, dando assim condições para consolidarmos a Frente nacional.

José Dirceu



Agenda 21 do PT

Em 1992, 179 chefes de Estado assinaram na Eco-92 a Agenda 21: um conjunto de propostas para a transição do século 21, que pretende enfrentar os problemas de um modelo de desenvolvimento insustentável do ponto de vista social, ambiental e, em última instância, econômico.

Foi o primeiro documento formulado em consenso por tantos chefes de Estado, três anos após a queda do Muro de Berlim. É um texto contraditório, porque resulta, por exemplo, do apelo dos países em desenvolvimento que, a partir da dívida social e ambiental dos países desenvolvidos, pressionavam pela contrapartida financeira que custearia a implementação da Agenda, especialmente a erradicação da pobreza.

Por outro lado, os países desenvolvidos reafirmavam a necessidade dos ajustes estruturais para o desenvolvimento, fazendo coro com as agências multilaterais. Embora proponha claramente estratégias, planejamento e políticas públicas adequadas, o texto defende a liberalização do comércio e toca apenas de raspão nos movimentos decisivos das empresas transnacionais.

Então será o caso de deixar este documento de lado? Não. O grande mérito da Agenda é o de redimensionar os desafios ambientais para as esferas econômica, social e política. Essa abordagem é pertinente, tanto porque os recursos naturais se constituem em nossa maior vantagem comparativa, em termos econômicos, quanto pela forma associada em que se encontram a degradação ambiental e a social no país.

Além disso, a Agenda pode ajudar a fortalecer uma tendência mais favorável na globalização, que resista àquela que estimula o desmonte das políticas sociais, a desregulamentação da economia, o aumento do desemprego, a exclusão social e, conseqüentemente, mais destruição ambiental. Mantendo um certo grau de generalização, o princípio discutível, o texto garante uma maior permanência no tempo e exige, naturalmente, uma adaptação a cada realidade, o que nos parece positivo.

Por isso o 4º Encontro Nacio-

nal da SMAD (Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT), realizado em Brasília, em julho de 1997, apostou na formulação aberta e participativa de uma AGENDA 21 DO PT, inspirada nas propostas, na abordagem e, principalmente, na ousadia daquela Agenda 21, mas superando suas limitações.

É evidente que uma agenda do PT terá que partir do chamado modo petista de governar, sem esquecer o modo petista de legislar. Terá que se inspirar fundamentalmente na luta dos movimentos sociais e dos sindicatos, mas também na subordinação e na liberdade de novos pensadores, sejam eles acadêmicos ou "mateiros" e pajés que conservam as florestas, rios e culturas.

Terá que se contrapor à hegemonia liberal do processo de globalização, mas deverá também buscar a solidariedade e a ética multiculturais para além das fronteiras. Terá ainda que partir da "indignação" frente à exclusão social e à devastação ambiental, renovando o compromisso humanista que está na origem do projeto socialista.

Com a AGENDA 21 DO PT, queremos contribuir para a formulação do Programa do PT e da Frente para as eleições de 98, lançando também um olhar que vá além do espaço-tempo eleitoral. Que coneece a pensar o nosso país, o nosso partido e, sobretudo, os brasileiros que queremos ser no horizonte do século 21.

É muito? Talvez. Mas cidades como Santos, Porto Alegre, Rio Branco, Angra dos Reis, além de trabalhadores urbanitários, padres franciscanos, "eco-petistas" da Bahia, de Minas e Rio Grande do Sul, instâncias da CUT e trabalhadores de Betim, já começaram a trabalhar a sua Agenda 21.

O MST, a Contag e o Fórum das ONGs também começam a discutir reforma agrária e meio ambiente em março de 1998. Bem no ano em que lembramos 10 anos sem Chico Mendes, nosso primeiro sindicalista, que também era petista, socialista e ecologista. A nossa agenda, com certeza, tem muito do sonho de Chico.

Marina Silva, senadora (PT-AC) e secretária Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT

A crise dos municípios: do sucessor, a verdade

A opinião pública nacional começa, em boa hora, a atentar para a crise dos municípios. De fato, para 80% destes, a situação é crítica: sobrecarregados pelo atendimento simultâneo das demandas sociais, da manutenção urbana e de novos investimentos em obras, diante da ostensiva ausência da União e dos Estados nessas frentes de atuação, os municípios vêm agravar-se seu quadro financeiro, com repercussões para seu desempenho administrativo.

Contudo, se o ponto de fundo é esse, cabe ao analista evitar as generalizações e buscar explicações específicas para a situação de cada cidade. Recentes avaliações têm colocado, por exemplo, Belo Horizonte e São Paulo em condição de igualdade, debatendo suas respectivas crises à irresponsabilidade dos gestores anteriores aos atuais. Repor a questão em seus devidos termos, pelo menos no que concerne à capital mineira, é o objetivo deste artigo.

O primeiro ponto a considerar, e que distingue fundamentalmente o caso de BH, é que, diferente de São Paulo, o problema básico da prefeitura não é, atualmente, o nível de endividamento, embora este tenha sido um impasse efetivo há cerca de cinco anos, quando Patrus Ananias assumiu a prefeitura.

Naquela ocasião, a dívida total da Prefeitura de BH chegava a R\$ 495 milhões (em R\$ de outubro/97), o que correspondia a cerca de 100% da receita corrente líquida. Atualmente, alcança R\$ 470 milhões, o que corresponde a menos de 64% da receita corrente líquida.

Esse índice, relativamente baixo, significa a metade do nível de endividamento da Prefeitura de São Paulo (cerca de 130%). Ademais, lembre-se que o nível de endividamento do Estado de

Minas Gerais é de 200%, e o do Estado de São Paulo, de 250%.

Por outro lado, a estrutura desse endividamento também não representa problema maior. A parcela de dívida de curto prazo de BH é bastante aceitável: em janeiro deste ano, início da gestão Célio de Castro, ela se situava em R\$ 90 milhões, o que permitiu a sua total quitação no próprio mês, com a receita de IPTU e IPVA.

Há pouco menos de cinco anos, em janeiro de 93, o governo do então prefeito Eduardo Azeredo deixara uma dívida de curto prazo de R\$ 216 milhões (igualmente a preços de outubro/97), representando então um valor de quase quatro vezes a receita de IPTU e IPVA daquele ano.

Na verdade, no que concerne ao endividamento, o problema efetivo diz respeito às elevadíssimas taxas de juros praticadas no país, que empurram o serviço da dívida para níveis acima do que seria razoável. Mas essa é uma questão que, obviamente, não está afeita ao espaço de decisão do prefeito. Qualquer que seja ele.

A dificuldade de caixa do município de Belo Horizonte, que resulta numa baixa capacidade de investimento, tem duas causas principais. Em primeiro lugar, a perda de receitas, transferidas em função de decisões políticas tomadas no âmbito estadual (a adoção, em Minas Gerais, de uma nova lei de distribuição de ICMS, alcunhada "Robin Hood", trouxe grande prejuízo para os maiores municípios) e federal (nesse caso, trata-se da prorrogação do famigerado Fundo de Estabilização Fiscal, bem como a edição da chamada Lei Kandir).

O conjunto das perdas, incluindo aquela trazida pela extinção do IVV (Imposto sobre Vendas a Varejo de Combustíveis), atinge R\$

40 milhões/ano, mais de 5% da receita tributária total de BH em 1997.

Em segundo lugar, a crescente municipalização dos encargos nas áreas de saúde, educação, habitação e assistência social impôs uma expansão inevitável dos gastos com pessoal. E Belo Horizonte avançou mais do que outras cidades nesse processo.

Temos hoje 11 mil professores na rede municipal, contra, por exemplo, 4.000 em Salvador (com população superior à nossa) ou 7.000 em Curitiba.

Na área de saúde, a cidade conta com 175 centros, postos e políclínicas municipais. Para que se tenha uma idéia da extensão desta rede, compare-se com o Rio de Janeiro, que tem menos de cem postos, e São Paulo, com cerca de 150.

A esse processo (iniciado antes mesmo da Constituição de 88) somou-se importante recuperação dos salários reais na área de educação (em Belo Horizonte, o professor primário tem remuneração inicial de R\$ 500 para uma jornada de 22 horas e meia semanais, ou de R\$ 780 caso tenha formação universitária) e saúde (salário inicial de R\$ 360 para médicos, com jornada de quatro horas/dia) -essa, sim, uma opção política do governo Patrus Ananias.

E não se trata de um excesso de liberalidade no trato da questão salarial. A despeito das inúmeras pressões de caráter sindical e corporativo presentes em todos os governos petistas, e mesmo tendo passado por três greves de professores, as concessões se deram em nível aceitável, beneficiando o conjunto do funcionalismo e buscando um equilíbrio que não visse a comprometer a capacidade de investimento corrente e futura.

Houve apenas uma exceção: a área de saúde. Premida pela situação dos médicos, com salários de-

favados, evasão de quadros e dificuldades de contratação de novos profissionais, a administração municipal concedeu o piso salarial pedido pela categoria, o que gerou um efeito colateral traduzido em aumentos para o restante da área.

O resultado foi um "salto" anual de R\$ 40 milhões na folha de pagamentos da prefeitura, embora a contrapartida na melhora do atendimento seja uma incógnita. Assegurar essa contrapartida é, aliás, um dos desafios em que se empenha a administração Célio de Castro.

Por tudo isso, salta à vista que, embora mergulhados em crise financeira extensa e profunda, os municípios brasileiros têm especificidades que precisam ser consideradas em qualquer análise séria.

Em Belo Horizonte não houve nem há improbidade ou má gestão administrativa, não houve emissão de títulos públicos para pagamento de precatórios ou qualquer outra finalidade (a cidade, aliás, nem sequer tem dívida mobiliária) e não há nenhuma evidência de desestruturação permanente das contas municipais.

Há, sim, um esforço contínuo de atendimento da população em suas demandas sociais, que se contrapõe à política de terra arrasada do governo FHC. Essa opção pode implicar incompreensão de algum marinheiro de primeira viagem, mas, certamente, e em grau muito superior, contempla o interesse da esmagadora maioria dos cidadãos.

Fernando Damata Pimentel, economista, é professor da Universidade Federal de Minas Gerais e secretário municipal da Fazenda de Belo Horizonte desde 1993.

Maurício Borges Lemos, economista, é professor da Universidade Federal de Minas Gerais e secretário municipal do Planejamento de Belo Horizonte desde 1993.

PT apresenta respostas para a crise

O Brasil tem saída e esta passa pela constituição de um governo democrático e popular

Um clima de pessimismo ronda este início de ano. Esse é o resultado da crise econômica e do "pacote" de medidas do governo FHC para tentar sustentar o real. A crise "acabou com o clima de otimismo artificialmente criado pelo presidente da República e por sua equipe econômica", diz a Resolução Política aprovada na reunião do Diretório Nacional do PT, realizada nos dias 29 e 30 novembro passados.

"Nossa preocupação em analisar e tentar encontrar soluções para a crise econômica decorre do fato de não sermos da linha do quanto pior melhor", afirma Marco Aurélio Garcia, secretário de Relações Internacionais do PT Nacional e um dos autores da resolução.

Segundo o documento, o governo culpa a "situação internacional" pela crise, mas, na verdade, já tinha conhecimento de que os fatores internacionais acabariam se refletindo na economia brasileira, uma vez que a política de sustentação do programa de estabilidade, com o câmbio supervalorizado, abertura selvagem e taxa de juros elevada, embutia esse risco.

"O governo vem acompanhando a deterioração do quadro internacional e tinha conhecimento do risco que isso representava para a economia brasileira. Apesar disso, mesmo depois da crise do México, continuou insistindo em uma política econômica irresponsável, totalmente dependente do cenário internacional", diz Marco Aurélio.

Receita indigesta

Com a crise instalada, o governo vem com um remédio amargo: dobra as taxas de juros para 40% ao ano "com o intuito de defender as reservas e atrair o capital externo especulativo", afirma a resolução.

Como isso não era suficiente, lançou um pacote fiscal que penaliza as classes mais baixas, beneficiando os ricos e os donos do poder. Com esse pacote, o governo pretende "absorver o



impacto da elevação dos juros sobre as finanças públicas. A dívida mobiliária federal, que era de R\$ 65 bilhões no começo do governo FHC, já atingiu R\$ 200 bilhões, revelando a fragilidade das finanças públicas", destaca o documento.

A resolução lembra que, para enfrentar o déficit fiscal, o governo já vinha cortando verbas das áreas sociais e congelando os salários do funcionalismo público por três anos, situação que só será agravada pela política de juros elevadíssimos.

Além disso, a economia de R\$ 20 bilhões, que o governo quer obter com o pacote fiscal, será consumida em poucos meses com o pagamento do serviço da dívida interna, entende o PT.

Resultados

Os resultados da crise e das medidas governamentais são desastrosos para o país e para a população. Para o país porque a crise aumentou a desconfiança dos investidores externos e estes devem, pelo menos durante alguns meses, diminuir a quantidade de recursos investidos em nossa economia.

Além disso, o governo pre-

tende continuar com as privatizações, "liquidando o patrimônio público estratégico para financiar parcialmente essa irresponsável política de estabilização e suprimindo direitos sociais dos trabalhadores. Com a redução no valor das estatais na Bolsa, as privatizações se tornam mais absurdas ainda", destaca a resolução.

O documento lista ainda os reflexos dessa política no bolso dos cidadãos. Primeiro, o país terá uma de suas piores recessões, com um crescimento econômico previsto para 98 inferior a 2% do PIB.

Com os juros altos, crescem as limitações ao crédito e aumenta o número de inadimplentes (empresas e pessoas com pagamentos em atraso). O consumo se reduz, as vendas caem, vêm mais falências e o desemprego será ainda maior, afirma a resolução.

Autoritarismo

O autoritarismo do governo de FHC, de causar inveja aos tempos da ditadura, se manifesta a todo o momento desde a crise. Primeiro, ao culpar o cenário internacional, o Congresso (por não aprovar as reformas) e a opo-

sição (porque dificulta a votação das reformas).

Segundo, por editar o pacote fiscal na calada da noite, com 51 medidas que, na sua quase totalidade, independem de aprovação do Congresso (medidas provisórias e decretos).

"Hoje, FHC tenta tirar proveito eleitoral da crise, procurando colocar a oposição na defensiva com o discurso de que esta 'torce contra o país'. Para ele, criticar o presidente e sua equipe econômica é o mesmo que desejar um desastre econômico para o país. É a reedição do velho filme 'Brasil, ame-o ou deixe-o'. O autoritarismo ganha agora uma nova roupagem e um verniz pseudo-intelectual", afirma a resolução.

O documento lembra ainda que "FHC precisa ser avisado que ainda não recebeu do povo brasileiro o título de imperador. Em países não-totalitários, onde imperam os valores republicanos, há governo e oposição. A esta cabe criticar e apresentar políticas alternativas".

Diretrizes

O PT, segundo a resolução, não fugirá de suas responsabili-

dades, "ainda que isso possa desgostar o Príncipe". Por isso, o documento traça várias diretrizes:

1 - O PT denunciará a política econômica e apresentará suas alternativas, orientadas para defesa da economia nacional, protegendo a produção e o emprego e defendendo os milhões de excluídos. Para tanto, é necessário romper com este modelo neoliberal e apontar caminhos para o crescimento e desenvolvimento social do país.

2 - O agente principal dessa ofensiva contra o governo e em defesa da economia popular é o movimento social organizado, a quem cabe estabelecer laços com os setores desorganizados da sociedade.

3 - Devemos enfatizar nossa intervenção no Congresso, reforçando e ampliando o Bloco das Oposições, para enfrentar os debates em torno das reformas conservadoras e do pacote fiscal, polarizando com a base governista e denunciando seu alijamento fisiológico pelo Planalto. É necessário expor à opinião pública todos os parlamentares que têm votado medidas antipovo.

4 - A crise econômica tem interferência direta na disputa eleitoral do próximo ano. Na diversidade de seus números, as pesquisas de opinião apresentam, no entanto, um resultado comum: queda da popularidade do Plano Real e de FHC e crescimento do pessimismo da população quanto ao emprego, poder aquisitivo e evolução econômica mais geral do país.

5 - A reeleição de FHC, até bem pouco tempo atrás, era considerada como favas contadas. Hoje está em cheque. Para reverter essa situação, os marqueteiros de FHC já começam a pensar em uma campanha do tipo "só FHC pode salvar o Real". Contudo, o ceticismo, a desconfiança, a dúvida, as incertezas e o pessimismo são as principais marcas dessa conjuntura política e econômica.

6 - Não cabe a nós apostar no pessimismo da sociedade. Esse comportamento pode reforçar a tese "FHC ou o caos" ou uma aventura ainda mais à direita. Cabe ao PT e às oposições construir uma alternativa de esperança, que se constitua em um referencial forte capaz de mostrar que o Brasil tem saída e que esta passa pela constituição de um governo democrático e popular.

7 - A existência de uma alternativa forte de esquerda provocará uma erosão na base de sustentação do governo, agudizará suas contradições, provocará desprendimento e permitirá que o quadro eleitoral de 98 seja mais favorável para as oposições.

8 - FHC e seu governo estão na defensiva. Cabe ao PT, às oposições e, sobretudo, ao movimento popular, aprofundar a oposição ao governo, denunciando a política econômica, combatendo a saída recessiva e apresentando propostas para enfrentar a crise atual.

9 - É necessário demonstrar a necessidade de um novo governo para o Brasil, comprometido com um novo modelo de desenvolvimento econômico sólido, sustentável e soberano.

Partido tem propostas para mudar o Brasil

O PT não está parado, olhando a crise passar, arrasando o país e sua população. O Partido tem propostas para enfrentar os problemas econômicos, principalmente na defesa da economia popular. Tem proposta de uma nova política econômica. Elas fazem parte da resolução da reunião do Diretório Nacional de novembro passado. São elas:

1 O Diretório Nacional reitera as decisões da Comissão Executiva Nacional do PT, as posições já expressas pela presidência do Partido e por suas lideranças na Câmara e no Senado e a posição do Bloco das Oposições sobre o caráter autoritário do pacote, sua perversidade social e as consequências recessivas e o decorrente aumento do desemprego.

2 O PT, ao mesmo tempo em que denuncia o pacote e o governo FHC, apresentará propostas e medidas alternativas de política econômica. Mobilizaremos a sociedade contra a política econômica do governo e, no Parlamento, apresentaremos, em conjunto com os partidos do Bloco das Oposições, medidas alternativas contra a recessão, em defesa da economia popular e dos setores mais desassistidos da sociedade.

3 O PT reitera a sua posição de mudança, progressiva e cuidadosa, da atual política cambial, impedindo movimentos especulativos contra a moeda, para que a economia recupere sua capacidade de exportar e diminua o nível de exposição ao risco de uma grave crise internacional. A quarentena para o capital financeiro que venha a entrar no Brasil é imprescindível, bem como é inaceitável a continuidade das altas taxas de juros.

4 O PT exige também

uma mudança na política de comércio exterior, com barreiras tarifárias e não-tarifárias de proteção aos setores estratégicos da economia, sempre tendo como contrapartida das empresas compromissos com o nível de emprego e dos preços. É fundamental a definição de uma política industrial e tecnológica e política agrícola que agregue mais valor às exportações e impulse os investimentos produtivos. A este conjunto de medidas deve se somar a redução nas taxas de juros e a suspensão do programa de privatizações, que liquidou o patrimônio público, o que é agravado pela desvalorização patrimonial atual.

5 Exigimos ainda a mudança do papel do BNDES, já que sua função de financiar privatizações e sustentar a Bolsa é incompatível com as necessidades de investimentos produtivos do país. São recursos oriundos da poupança dos trabalhadores, como o FAT e o PIS/Pasep, que devem ser canalizados para investimentos produtivos, em setores com grande impacto no emprego, em políticas de fomento à pequena e microempresa e na economia popular, com linhas de crédito solidário, como já fazem os governos do PT em Porto Alegre e no Distrito Federal.

6 O país precisa enfrentar as questões do endividamento público interno e das altas taxas de juros, inclusive com o alongamento progressivo do perfil da dívida.

7 As Câmaras Setoriais, com

a participação dos trabalhadores, devem ser reativadas. As negociações em toda a cadeia produtiva, com participação dos trabalhadores, constituem mecanismos democráticos e de negociação e regulação da economia, contrários à lógica neoliberal que destrói todos os instrumentos públicos de regulação, pretendendo impor o absolutismo do mercado.

8 A redução de alíquotas de impostos, com diminuição de margens de lucros e preços dos produtos, pode reverter a rota recessiva da economia em setores estratégicos e preservar o nível de emprego e a estabilidade dos preços, que devem ser permanentemente avaliados.

9 É preciso acelerar a reforma agrária e os assentamentos, com o fortalecimento da pequena agricultura familiar, fundamentais para amenizar a crise social nas grandes cidades.

10 A economia popular precisa e deve ser defendida. O PT reivindica uma política nacional que ampare a renegociação das dívidas contraídas, protegendo, em especial, os pequenos devedores, micros e pequenas empresas e consumidores de baixa renda, sob pena de assistir a um crescimento explosivo da inadimplência.

11 O PT orienta seus parlamentares, em todos os níveis, a apresentar propostas legislativas que garantam a moratória nas tarifas públicas, como luz e água, para

os trabalhadores desempregados de baixa renda e a paralisação dos processos de despejo por falta de pagamento de aluguel.

12 O PT se opõe às demissões no serviço público e exige um programa de defesa do emprego na iniciativa privada. Nenhuma demissão de trabalhadores e um programa de geração nos marcos das propostas do documento **Mais e Melhores e Empregos**, do Partido dos Trabalhadores.

13 O PT propõe o aumento da cobertura do seguro-desemprego e um amplo programa de requalificação profissional para os desempregados.

14 O PT exige a realização de uma reforma tributária, que simplifique a estrutura de tributos, estimule as exportações e investimentos produtivos. Essa reforma deve ser orientada para a justiça social, com progressividade, onde quem ganha mais, paga mais. Além disso deve se adotar o imposto sobre grandes fortunas, grandes heranças e lucro extraordinário das empresas, sobretudo as privatizadas, e sobre lucros financeiros, além do ITR para punir a grande propriedade improdutiva.

15 Portanto, o PT se opõe à proposta do governo de aumento do Imposto de Renda das pessoas físicas de menor rendimento e reafirma seu projeto de reforma tributária, que inclui o princípio de realização de justiça por meio da progressividade dos impostos e a

introdução de uma renda mínima garantida a todos os brasileiros, em especial para viabilizar a presença de todas as crianças na escola.

16 O PT exige do governo um corte radical das renúncias e incentivos fiscais, a redução drástica de todo gasto com publicidade e corte em todas as despesas supérfluas da administração pública.

17 É preciso pôr fim aos repasses voluntários do Governo Federal, que só servem para política eleitoral, para o tráfico de influências e alimenta a corrupção. É preciso igualmente assegurar os recursos do LOAS para os mais necessitados e aqueles destinados a bolsas de estudo e pesquisa.

18 Por fim, é preciso defender os Estados e municípios, já estrangulados com o FEF, a Lei Kandir e, em muitos casos, com o Fundo de Valorização do Magistério. Eles não podem agora ser penalizados com esse pacote fiscal.

19 O PT se empenhará em realizar, nas cidades, reuniões com pequenos e microempresários, associações comerciais, sindicatos e entidades associativas dos movimentos populares, para debater, discutir e se opor ao pacote. O Bloco das Oposições é minoria no Congresso Nacional, mas com o apoio da mobilização popular poderá criar condições para modificar este pacote recessivo e socialmente perverso do gover-

no FHC.

20 O PT convoca os prefeitos para uma grande mobilização contra o pacote fiscal e se dispõe a cerrar fileiras com todos aqueles que queiram buscar uma alternativa contra a atual política econômica.

Em resumo:

21 Os trabalhadores e a imensa maioria da sociedade brasileira uma vez mais foram chamados a arcar com o ônus de salvar a desastrosa política econômica do governo, enquanto que o grande capital, especialmente os setores financeiros, de novo se locupletam com a crise.

22 Para impor sua política antipopular, FHC manipula o Congresso, barganha e compra votos, comprometendo com suas negociações o prestígio das instituições democráticas da República.

23 Autoritário e arrogante, o presidente não suporta a crítica. Insurge-se, como os ditadores militares o fizeram antes dele, até contra os dados sobre o desemprego que instituições sérias como o Dieese apresentam. Esta situação tem de mudar e cabe ao povo brasileiro realizar essa mudança. Os ricos devem pagar a crise. A democracia e suas instituições devem ser preservadas da manipulação do poder. A crítica e a mobilização são armas nas mãos do povo para vencer a crise e construir um futuro de justiça, liberdade e solidariedade.

1997: um ano de gr

1997 foi um ano de grandes mobilizações populares. A população reagiu contra a política neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso, mostrando sua indignação em diversos atos públicos, nas principais cidades do país.

Lutou-se pela reforma agrária e defesa da pequena agricultura familiar, contra a reeleição de FHC, por melhores salários, contra o desemprego e as privatizações (como a Companhia Vale do Rio Doce), contra o descaso do governo com as áreas sociais (como saúde e educação), pela defesa dos Estados e municípios.

Seguem abaixo os principais movimentos realizados no ano passado no país.

14/01 - Ato contra a Reeleição

As principais lideranças dos partidos de oposição, mais representantes do PMDB e PPB, junto com entidades populares, como CUT, MST, OAB, UNE etc, reuniram-se em Brasília para firmar posição contra a aprovação da emenda constitucional que permitia a reeleição de FHC à Presidência da República.

17/02 - Início da marcha dos sem-terra a Brasília
Trabalhadores sem-terra saem de diversos pontos do país, em marcha com destino a Brasília, para cobrar do governo uma política voltada à implantação da reforma agrária e assentamentos. O objetivo era chegar à capital do Brasil em 17 de abril, percorrendo quase todos os Estados do país.

14/03 - FHC visita a Ford

Metalúrgicos da montadora recebem o presidente da República com greve e um ato de protesto contra a política econômica do governo, que já mostrava seus efeitos perversos, como o aumento do desemprego. O slogan utilizado pelos manifestantes era: "ABC não rima com FHC".

14/03 - Ato contra a privatização da Vale

Manifestação reúne cerca de 10.000 pessoas em Itabira (MG), para protesto contra a privatização da estatal. O ato contou com a presença de lideranças dos partidos de oposição e entidades da sociedade civil, como a CNBB e dezenas de sindicatos de trabalhadores.

16/03 - Ato contra a violência no campo

Esse ato, em Pontal do Paranapanema, foi precedido de diversas manifestações de solidariedade aos sem-terra acampados no local e selou o apoio da sociedade à luta pela reforma agrária. Houve ainda a inauguração de um monumento em memória aos 19 sem-terra mortos em Eldorado dos Carajás, no Pará.

19/03 - 4º Grito da Terra Brasil

Agricultores de vários Estados do Brasil se reúnem em Brasília para apresentar propostas e reivindicações ao governo de Fernando Henrique Cardoso, como a aceleração da implantação da reforma agrária, dos assentamentos e uma política de estímulo à pequena agricultura familiar.

2, 3 e 4/04 - Conferência Nacional em Defesa da Terra, do Trabalho e da Cidadania

Representantes de entidades de toda sociedade civil organizada e partidos políticos de oposição reuniram-se em Brasília. O resultado foi a Carta de Brasília, que sintetiza a ação dos participantes contra o governo FHC, além de uma agenda comum de lutas e mobilizações.

17/04 - Chegada da marcha dos trabalhadores rurais sem-terra a Brasília

Trabalhadores, representantes de movimentos sociais e partidos políticos recebem a marcha. Não menos que 100.000 pessoas ocupam as ruas da cidade, para reivindicar a implantação da reforma agrária e protestar contra o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso.

21/04 - Ato Nacional Inconfidência Brasileira

21 de abril foi marcado como o dia de luta contra a privatização da Vale de Rio Doce, em Ouro Preto (MG). Nos dias anteriores, diversas manifestações foram feitas nos vários Estados do país contra a privatização da estatal, mobilizando toda a sociedade civil organizada.

29/04 - Leilão de privatização da Companhia Vale do Rio Doce

Milhares de pessoas fazem vigília nacional em frente da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (RJ). Dezenas de ações e liminares dão entrada na Justiça. Como resultado, o leilão é suspenso. Mas o governo recorre esperando reverter a situação e realizar a venda da empresa.

1º/05 - Dia do Trabalhador

Mobilizações nas principais cidades do país, tendo como objetivo principal a luta pelo emprego e pelo salário, após o reajuste mínimo que o governo havia dado ao salário mínimo. Milhares de trabalhadores protestam contra a política econômica do governo de Fernando Henrique Cardoso.

6/05 - Venda da Vale do Rio Doce

Todas as liminares são suspensas pela Justiça e a Companhia Vale do Rio Doce é vendida, em mais uma prova de descaso do governo para com a opinião da sociedade brasileira, que era contra a venda da estatal. Novamente, há protesto em frente a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

14/05 - Ocupação do Ministério do Planejamento

Trabalhadores rurais ocupam o ministério, após várias tentativas infrutíferas de ter uma audiência com o ministro do Planejamento para discutir a pauta de reivindicações apresentada pelo Grito da Terra Brasil. Na mesma semana, trabalhadores rurais fecham a fronteira Brasil/Argentina.

15/05 - Fórum paralelo ao III Encontro das Américas

Manifestação contra a ALC, denunciando o modelo neoliberal que reduz o nível de emprego em todo o mundo, a exclusão de Cuba nos processos de integração internacional e a forma acelerada com que os Estados Unidos cobram a globalização, inviabilizando outras experiências. Em Belo Horizonte (MG).

16/05 - Campanha "Reeleição = Corrupção"

Movimento organizado pelo PT, com colagem de cartazes e panfletagem nas ruas de São Paulo contra a aprovação da emenda da reeleição e a favor de uma CPI para apurar as denúncias de compra de votos de parlamentares por parte do governo. Pode-se ainda a demissão do ministro Sérgio Mota.

20/05 - Ato suprapartidário pela instalação de CPI sobre compra de votos

Manifestação marca o envolvimento da sociedade para apuração das denúncias de compra de votos de parlamentares para a aprovação da emenda da reeleição. Participam partidos da oposição e entidades, que dirigem um manifesto abaixo-assinado à nação, pedindo a instalação da CPI. Em Brasília.

27/05 - Carreata e ato exigem instalação da CPI da compra de votos

Parlamentares do Bloco das Oposições realizam várias atividades, em Brasília, entre elas uma carreata e um ato simbolizando a necessidade de apuração da denúncia da compra de votos, por meio da lavagem da rampa do Palácio do Planalto. Há carreata também em São Paulo, com o mesmo objetivo.

09/06 - Chegada da Caravana dos Movimentos Populares a Brasília

Aproximadamente 5.000 pessoas, representantes de movimentos populares, chegam a Brasília. É protocolado um documento intitulado Propostas de Políticas Públicas, junto ao Ministério do Planejamento, e é realizado um "panelaço" em frente ao Ministério do Trabalho, denunciando a fome e o desemprego.

10/06 - Ato de Solidariedade a Lula

Durante os dias anteriores, Lula recebe milhares de manifestações de apoio e solidariedade em decorrência do caso CPEM. Em ato público na Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, lideranças do PT e dos movimentos sociais e sindical prestam solidariedade ao companheiro.

10 e 11/06 - Julgamento de José Rainha

3.500 pessoas acompanham o julgamento de José Rainha em Pedro Canário (RS). Sua condenação a 26 anos e meio de prisão é considerada como política e ideológica pelas principais lideranças do país. O PT, MST e outras entidades preparam várias manifestações até o segundo julgamento.

25/07 - Abra o olho Brasil

Dia Nacional de luta por terra, trabalho, moradia e salário. Várias mobilizações são realizadas nas principais cidades do país. Em São Paulo, um ato público reúne 25 mil pessoas nas ruas. Protestou-se também contra a política de exclusão do governo de Fernando Henrique.

7/09 - Grito das Excluídos

150 mil pessoas participam de atos públicos, em todos os Estados do país, protestando pela falta de políticas sociais do governo FHC. Em Aparecida do Norte (SP), onde aconteceu a maior concentração, estiveram presentes os pais do índio Gildino, barbaramente queimado por jovens em Brasília.

26/09 - 1.000 dias de FHC: 1.000 dias sem salário, saúde e educação

Servidores públicos federais protestam, em Brasília, pelos 1.000 dias sem reajuste de salário, contra as demissões articuladas pelo governo e pela falta de políticas sociais. 1.000 cruzes foram cravadas em frente ao Palácio do Planalto, simbolizando o martírio dos servidores públicos federais.

28/11 - Marcha dos Sem

Mais de 15.000 manifestantes, vindos de caravana de vários locais do Rio Grande do Sul, fazem marcha em Porto Alegre, com a participação de Lula. São os sem-terra, sem-trabalho, sem-escola, sem-salário, sem-cidadania, lutando por seus direitos, que não estão sendo garantidos pelo governo FHC.

5/12 - Marcha pelo Emprego

Representantes de entidades populares, sindicatos e partidos políticos da oposição, de todos os Estados do país, fazem marcha pela cidade de São Paulo e se reúnem na Praça da Sé para uma manifestação contra o desemprego, que antecedeu o Encontro Popular contra o Neoliberalismo.

6/12 - Encontro Popular contra o Neoliberalismo

Manifestação realizada no Ginásio do Ibirapuera, em São Paulo, reunindo cerca de 4.000 representantes de entidades populares e partidos políticos de esquerda. Chegou-se a uma plataforma de lutas e uma agenda de mobilização comuns para o ano de 1998, com destaque para a Marcha Nacional pelo Emprego.

11/12 - Ato contra a ameaça de demissões na Volks

30.000 metalúrgicos da Volkswagen, Scania, Ford e Mercedes Bens, todas empresas de São Bernardo do Campo, além de trabalhadores de outras categorias, reúnem-se na cidade em manifestação contra as ameaças de demissões na indústria automobilística e em defesa do emprego.

11/12 - Ato de lançamento da candidatura Lula

Lula anuncia oficialmente sua candidatura, pelo PT, à Presidência da República, em ato que conta com a presença de representantes dos partidos do Bloco das Oposições, de várias entidades sociais e sindicais, além de parlamentares, prefeitos e o governador do PT do Distrito Federal.



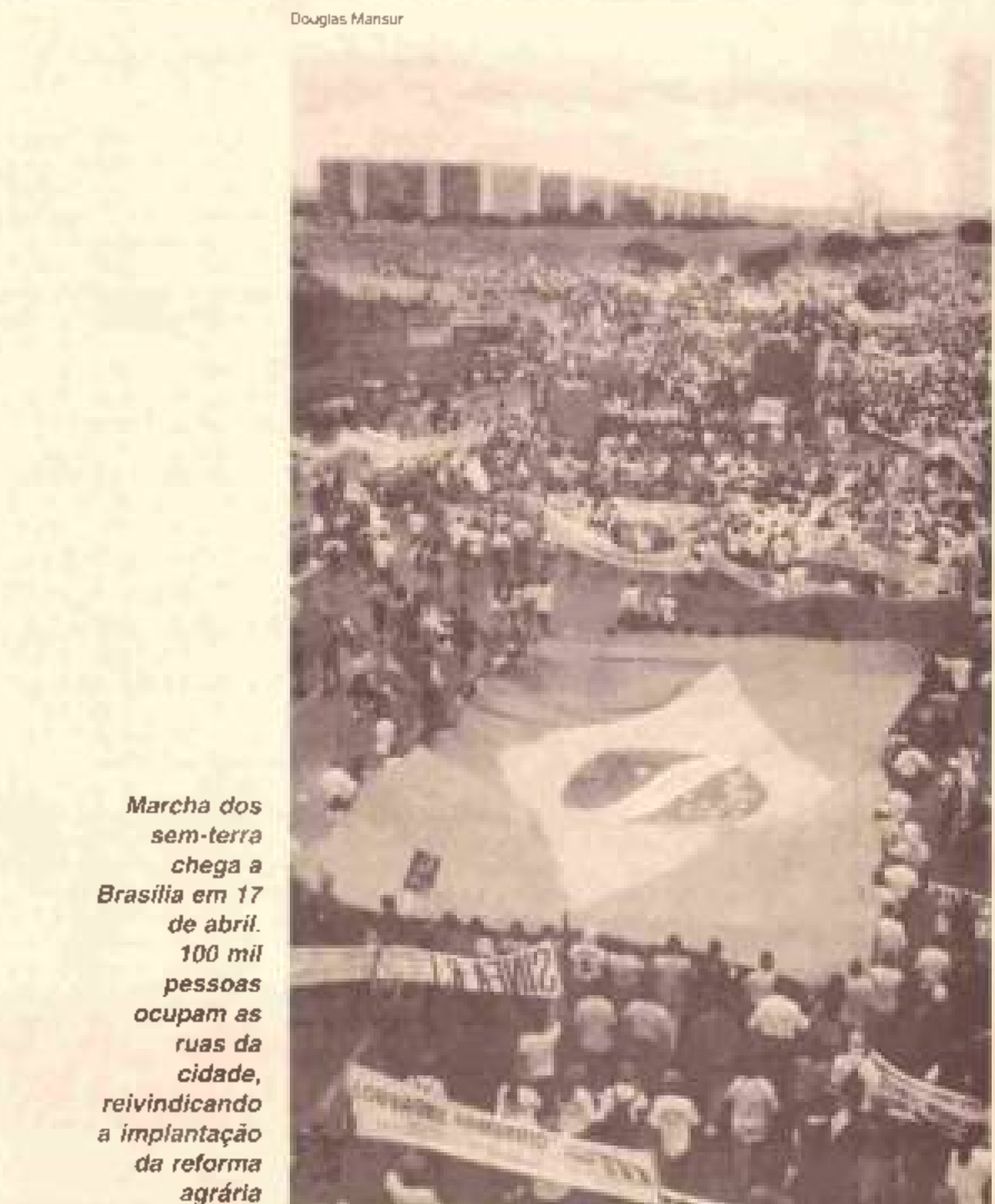
Fernando Henrique Cardoso visita a Ford, em 14 de março, e é recebido com vaias

Fotos: Carlos Mercuri



Douglas Mansur

Ato contra a violência no campo, em Pontal do Paranapanema, em 16 de março (no detalhe, monumento em memória aos 19 sem-terra mortos em Eldorado dos Carajás)



Marcha dos sem-terra chega a Brasília em 17 de abril. 100 mil pessoas ocupam as ruas da cidade, reivindicando a implantação da reforma agrária

PECTIVA

Andes mobilizações

Fotos: Jorge Mariano



No dia 25 de julho, milhares de trabalhadores se juntam na Av. Paulista, após longas horas de caminhada, para protestar contra a política de FHC (no detalhe, família de sem-terra)

Fotos: Jorge Mariano



Marcha pelo Emprego, na praça da Sé, em 5 de dezembro (no detalhe, bandeira de 30 metros feita por manifestantes)

Fotos: Jorge Mariano



José Dirceu, presidente do PT, fala no Encontro contra o Neoliberalismo, em 6 de dezembro (no detalhe, Vicentinho, da CUT, e João Amazonas, do PC do B)

Fotos: Roberto Panzotti



30 mil metalúrgicos se reúnem em São Bernardo, dia 11 de dezembro, em ato contra ameaça de demissões na Volks (no detalhe, o presidente do sindicato, Luiz Marinho)

D no P. ocs. naitus



Grito dos Excluídos, em Aparecida do Norte, em 7 de setembro: protesto pela falta de políticas sociais do governo FHC

Mynan Luz Alves

Ricardo Binbo



Mais de 1.500 pessoas lotaram o Centro de Convenções, em Brasília, no dia 11 de dezembro, no ato que lançou Lula candidato a presidente da República

RETROSPECTIVA

O vergonhoso calendário político do ano

JANEIRO

Mais impostos - Começa a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) - 23/1.

Precatórios - Um dia após a admissão, pelo governador de Alagoas, Divaldo Suruagy (PMDB), de irregularidades no processo aprovado pelo Senado e pelo Banco Central que autorizou o Estado a vender papéis no mercado financeiro para pagar precatórios, o auditor da Assembleia Legislativa alagoana é destruído por um incêndio; o local era usado pela CPI dos Títulos Públicos do Estado, e o fogo destruiu documentos e depoimentos - 31/1.

FEVEREIRO

Reeleição - A Câmara dos Deputados aprova em segundo turno a emenda constitucional que permite a reeleição do presidente da República, governadores e prefeitos - 25/2.

MARÇO

Privatização - Privatização de 1 milhão de ações da Coelba (Companhia de Eletricidade da Bahia) - 5/3.

Privilégio 1 - Gustavo Bulhões, filho do ex-governador de Alagoas Geraldo Bulhões, é absolvido pelo júri, em Maceió, da acusação de homicídio qualificado. Em 4 de setembro de 1995, ele matou a tiros seu empregado Gilson da Silva Rocha - 18/3.

Privilégio 2 - O STF concede habeas corpus ao ex-governador da Bahia Nilo Coelho no processo pelo atropelamento, em maio de 1993, do fotógrafo Marcelo Tinoco, do *Correio da Bahia*. Para o STF houve cerceamento do direito de defesa de Nilo Coelho. Por isso, mandou iniciar o processo - 19/3.

Polícia bandida - O *Jornal Nacional*, da TV Globo, exibe um vídeo amador, feito nas noites dos dias 3, 5 e 6 de março, mostrando policiais militares espancando pessoas, atirando em um operário e matando a tiros o escriturário Mário José Josino num beco da Favela Naval, em Diadema - 31/3.

ABRIL

Polícia bandida - Um oficial e cinco soldados do 18º Batalhão da PM do Rio de Janeiro são presos depois que o *Jornal Nacional* divulgou um vídeo amador, feito no dia 23 de março, onde espancavam moradores do conjunto habitacional Cidade de Deus, em Jacarepaguá - 7/4.

Crime eleitoral - O Tribunal de Justiça de São Paulo condena Paulo Maluf e outras sete pessoas - entre elas Reynaldo de Barros e Afif Domingos - a indenizar prejuízos causados à Imprensa Oficial do Estado de São Paulo (Imesp) entre 1979 e 1982, quando era governador. Ele usou a Imesp para imprimir propaganda de seu partido, então o PDS, causando prejuízos de Cr\$ 685 milhões em valores da época - 14/4.

MAIO

Privatização - O controle da Companhia Vale do Rio Doce é vendido - 6/5.

Precatórios - A OAB de Santa Catarina entrega à Assembleia estadual pedido de impeachment do governador Paulo Afonso Vieira (PMDB), por realizar operações irregulares com títulos públicos - 9/5.

Compra de votos - O jornal *Folha de São Paulo* divulga denúncias de compra de votos de parlamentares para a aprovação da emenda da reeleição. O PT e outros partidos de oposição pedem uma CPI para apurar o caso, o que acaba não acontecendo - 12 a 15/5.

Sem-teto - A PM paulista entra em choque com as famílias que ocuparam o conjunto Fazenda da Juta. Três sem-teto são mortos e pelo menos 20 ficam feridos - 20/5.

Privatização - O governo mineiro privatiza 33% da Cia. Energética de Minas Gerais (Cemig) - 28/5.

JUNHO

João Pedro Stédile - A Justiça do Rio de Janeiro acata denúncia contra o líder do MST. João Pedro Stédile, por crime contra a Lei de Imprensa. Há duas semanas, a imprensa havia publicado declarações de Stédile segundo as quais os pobres deveriam ocupar terrenos baldios e fazer protestos diante de fábricas e supermercados - 3/6.

Reeleição - O Senado aprova a emenda da reeleição - 4/6.

Rainha O líder do MST, José Rainha, é condenado, em Pedro Canário (ES), a 26 anos e meio de prisão. Ele é acusado pelas mortes do fazendeiro José Machado Neto e do soldado da PM Sérgio Narciso da Silva. Rainha ganhou o di-



reito de aguardar em liberdade a realização de um novo júri, em 16 de setembro - 11/6.

Telecomunicações - A Câmara dos Deputados aprova a Lei Geral das Telecomunicações, que abre o setor à iniciativa privada - 18/6.

Privatização - O Banerj é privatizado. Foi comprado pelo Banco Itaú por R\$ 311,10 milhões. Mas como o banco pode usar moedas poltrês, esse valor cai para cerca de R\$ 155 milhões - 26/6.

JULHO

Polícia bandida - Aberto processo na Justiça Militar de São Paulo contra 10 PMs que participaram da violência contra moradores da Favela da Naval, em Diadema - 7/7.

Fim da estabilidade - A Câmara dos Deputados aprova em primeiro turno a quebra da estabilidade dos servidores públicos - 9/7.

Telecomunicações - O Senado aprova a Lei Geral de Comunicações. Ela autoriza a privatização de todas as empresas do sistema Telebrás e a abertura da telefonia fixa a empresas privadas - 10/7.

Precatórios 1 - A CPI do Senado que investigou a fraude na emissão de títulos públicos divulga relatório final, onde 20 pessoas são incriminadas, entre elas Celso Pitta, que é acusado de montar uma fábrica de falsificações; Paulo Maluf é acusado de omissão; os governadores Paulo Afonso Vieira (PMDB), de Santa Catarina, Divaldo Suruagy (PMDB), de Alagoas, e Miguel Arraes (PSB), de Pernambuco, o ex-governador de São Paulo Luiz Antônio Fleury e o ex- chefe do Departamento de Dívida Pública do Banco Central, Jairo da Cruz Ferreira também são incriminados - 14/7.

Privatização 1 - As empresas de gás do Rio de Janeiro são privatizadas: Companhia Estadual de Gás (CEG) e Riogás - 14/7.

Precatórios 2 - Uma manobra articulada pelos senadores derrotados na véspera reabre a CPI dos Precatórios do Senado. Presidido pelo senador Geraldo Mello, que alegou ter apenas se retirado da sessão do dia anterior, e não renunciado à presidência, a nova comissão aprova 10 emendas ao texto do relatório, retirando as acusações contra Celso Pitta, Paulo Maluf, Luiz Antônio Fleury, Miguel Arraes, Paulo Afonso Vieira e Divaldo Suruagy. Também foram suprimidas as acusações de estelionato e formação de quadrilha feitas a diretores do Bradesco - 24/7.

Precatórios 3 - As reações negativas à manobra dos senadores liderados por Geraldo Mello levam o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL/BA), a reabrir a CPI dos Precatórios e encaminhar, com a aprovação do plenário, os dois relatórios à Comissão de Constituição e Justiça, que deverá decidir qual das duas versões é válida - 25/7.

Privatização 2 - A Cia. de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba) é privatizada - 31/7.

AGOSTO

Privatização - O Banco de Crédito Real de Minas Gerais (Credireal) é privatizado - 7/8.

Precatórios - A Fazenda Pública de São Paulo abre ação de responsabilidade civil contra Paulo Maluf e Celso Pitta. Wagner Baptista Ramos também é acusado na ação - 7/8.

Frangogate - A Promotoria de Justiça de São Paulo abre inquérito criminal para investigar o fornecimento de carne de frango à prefeitura de São Paulo pela empresa A D'Oro Alimentícia, de Fuad Lutfalla, irmão de Sylvia Maluf, mulher de Paulo Maluf. A Promotoria suspeita de fraude à Lei das Licitações e de superfaturamento. Outra empresa, a Obelisco Agropecuária, de Sylvia

Maluf e sua filha Lígia, também será investigada no inquérito. A Obelisco recebeu da A D'Oro R\$ 1,7 milhão pela venda de 888 t de frango para abate - 11/8.

Precatórios - A primeira versão do relatório final da CPI dos Precatórios do Senado é considerada aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, que considerou nulo o segundo texto - 13/8.

Gastador - Paulo Maluf é condenado, pela Justiça da Fazenda Pública de São Paulo, a devolver aos cofres da prefeitura R\$ 1,23 milhão gastos na cobertura, pela TV Globo, da Maratona de São Paulo em 1995 e 1996, quando era prefeito de São Paulo. Também foram condenados o ex-secretário municipal de Esportes, Lazer e Recreação, Ivo Carlini, e a TV Globo - 28/8.

SETEMBRO

Privatização - A estatal Central Elétrica de Cachoeira Dourada, de Goiás, é privatizada. O mesmo acontece com a Tecon 1, no Porto de Santos, o maior terminal de contêineres do país - 5 e 17/9.

Maniá parlamentar - A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados absolve o deputado Chico Brígido (PMDB/AC), acusado de alugar seu mandato à suplente Adelaide Neri (PMDB/AC) e de cobrar parte dos salários recebidos pelos funcionários de seu gabinete. Adelaide Neri, contudo, tem sua condição de suplente cassada - 24/9.

OUTUBRO

Paulipetro - Paulo Maluf é condenado pelo STF a devolver aos cofres do Estado de São Paulo a quantia de US\$ 250 mil, paga à Petrobrás pela Paulipetro, estatal criada por ele em 1980, quando era governador do Estado. A Paulipetro perfurou 15 poços, e encontrou apenas uma fonte de águas termais e alguns depósitos de gás cuja exploração era economicamente inviável - 9/10.

Collor - A Receita Federal intima o ex-presidente Fernando Collor a tomar conhecimento de sua condenação, em primeira instância, no processo por sonegação fiscal na chamada Operação Uruguaia, um empréstimo de US\$ 5 milhões que teria feito em 1990 para financiar suas despesas pessoais e que não declarou para o Fisco. O valor da multa é de cerca de R\$ 5 milhões - 13/10.

Sérgio Motta - O ministro das Comunicações, Sérgio Motta, é condenado a pagar a Paulo Maluf, ex-prefeito de São Paulo, uma indenização de mil salários mínimos (R\$ 120 mil) por danos morais. Em onze entrevistas, em 1996, ele fez declarações consideradas ofensivas por Maluf - 14/10.

Assassinato - O líder sindical e presidente do diretório municipal do PT em Santa Maria da Boa Vista (PE), Fulgêncio Manoel da Silva, é assassinado com um tiro na agrolva do Projeto Carabás, onde foram assentados os atingidos pela barragem de Itaparica - 16/10.

Privatização - Duas distribuidoras de energia elétrica da Cia. Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul são privatizadas - 21/10.

Crise em Alagoas - A Justiça alagoana anula o decreto legislativo que autorizou o governador de Alagoas, Divaldo Suruagy (PMDB), a se licenciar do cargo, em julho. Assim, fica reconhecida a renúncia tácita do governador, sendo cassados seu mandato e sua imunidade. No dia 29, a Assembleia estadual arquiva os processos de impeachment contra Suruagy e seu vice e atual governador, Manoel Gomes de Barros (PTB), acusados de emissão fraudulenta de títulos públicos - 24/10.

Crise das Bolsas - Refletindo

1997 - OPINIÃO
1998 - PERSPECTIVAS

JOSÉ DIRCEU - presidente nacional do PT

"1997 foi um ano de retomadas e avanços, grandes manobras políticas, 17 de abril, 25 de julho, 7 de setembro e 6 de dezembro. Fizemos a Marcha sobre Brasília e o Encontro contra o Neoliberalismo. Consolidamos o Bloco das Oposições e avançamos nas alianças regionais. Lançamos Lula e queremos a unidade das oposições de esquerda. Foi um ano de grandes vitórias no mundo: França, Inglaterra, México, El Salvador e Argentina. Cada país, a seu modo, entendeu o nito de invencibilidade do neoliberalismo e do caminho único. O ano termina anunciando a maior crise do capitalismo após o 'crash' de 29. O tigre é de papel. Mas foi também um ano de perdas: Betinho, Paulo Freire, Madre Cristina, Darcy Ribeiro... No Brasil, terminamos com um pacote, juros altos, demissões, mais impostos e um governo que continua o mesmo: falso e perverso. 1998 promete muito. Depende de nossa unidade e ação. Tem eleições presidenciais. O Brasil precisa de um novo rumo, de outro governo. O ABC e os metalúrgicos mostram de novo o caminho: sem luta não há mudança. O PT com Lula se propõe, mais uma vez, a mudar o Brasil. Em maio vamos sacudir o país com a Marcha pelo Emprego, Terra e Cidadania."

NOVEMBRO
Crise em Alagoas - Divaldo Suruagy, governador licenciado de Alagoas, reassume o cargo e renuncia em seguida, entregando-o ao vice-governador Manoel Gomes de Barros (PTB) - 11/11.

Privatização 1 - O controle da Cia. Paulista de Força e Luz, de São Paulo, é vendido - 5/11.

Moeda forte? - Para salvar o Plano Real, ameaçado pela crise das Bolsas de Valores mundiais, o governo anuncia um pacote de 51 medidas. Elas devem proporcionar um ganho fiscal anual de R\$ 18,57 bilhões - 10/11.

Assassinato - Elizeu Oliveira da Silva, militante do MST, é encontrado enforcado numa cela na delegacia de Apuí (AM). Ele fora preso porque tinha espancado sua namorada, que nega ter sido agredida. Ele era a principal testemunha contra o pistolero Chico Preto, acusado de atirar contra o técnico agrícola Ivanir Queiroz no dia 21 de outubro: há indícios de que Silva foi morto sob tortura - 12/11.

Privatização 2 - A Enersul, estatal do governo de Mato Grosso do Sul e da Eletrobrás, é privatizada - 19/11.

Improbidade administrativa - A Justiça paulista decreta o bloqueio dos bens de Sólton Borges dos Reis, vice-prefeito e secretário municipal da Educação de São Paulo na gestão de Paulo Maluf (1991/1995). Ele é acusado de adquirir, sem concorrência, kits culturais "compostos de 800 mil fitas cassete e folhetos com letras de hinjos, ao custo de R\$ 1,2 milhão - 26/11.

Fim da estabilidade - A Câmara dos Deputados aprova em segundo turno o fim da estabilidade dos servidores. Os Estados e municípios poderão, agora, demitir funcionários sempre que os gastos com pessoal superarem 60% de sua receita - 26/11.

Privatização - A Cemat (Centrais Elétricas Matogrossenses) é privatizada - 27/11.

DEZEMBRO

Privatização 1 - A Energipe, Empresa Energética de Sergipe, é privatizada - 3/12.

Redução da jornada 1 - Os trabalhadores da Volkswagen rejeitam, em assembleia com 10 mil operários, a proposta da empresa de redução de 20% da jornada de trabalho, com redução do salário, como alternativa às demissões - 3/12.

Collor - O STF rejeita, por unanimidade, o pedido do ex-presidente Fernando Collor de anulação do impeachment. Ele pretendia concorrer às eleições de 1998 - 3/12.

Privatização 2 - O Banco Meridional é o primeiro banco penitenciário ao governo federal a ser vendido ao setor privado - 4/12.

Mais impostos - Aprovada por votação simbólica, no Senado, a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Ela seria extinta em 23 de fevereiro de 1998, e foi mantida até janeiro de 1999 - 9/12.

Redução da jornada 2 - Os sindicatos de metalúrgicos filiados à Força Sindical em São Paulo assinam acordo com o Sindipeças que permite a redução da jornada de trabalho em até 25% e do salário em até 10%, em troca de estabilidade no emprego até 31 de maio. O acordo vale de janeiro a março de 1998 - 9/12.

Precatórios - A Assembleia estadual de Santa Catarina rejeita as contas do governador Paulo Afonso Vieira (PMDB) referentes a 1996. Em consequência, ele fica inelegível por 8 anos. A decisão pode ser contestada na Justiça - 9/12.

JOSÉ CARLOS RUY

Especial para o PT Notícias

idente."

ADEMIR ANDRADE - senador (PSB/PA)

"O Brasil passa por um momento de dificuldade. A propaganda massiva dos meios de comunicação, mostrando a globalização como algo inevitável, que todos têm de aceitar, quando ela é nada mais nada menos que a ascensão ao poder dos grandes grupos econômicos. Infelizmente, a classe trabalhadora está mais preocupada com o emprego, com o aperfeiçoamento da sua mão-de-obra do que com a questão política maior. Entendo que os movimentos sociais e dos trabalhadores devem ter a preocupação de conquistar ou construir um poder político nacional que esteja integrado ao seu desejo, à vontade da sociedade. Um movimento social que cresceu ao longo de 97 foi o dos sem-teto. Creio que os trabalhadores devem começar a se preocupar e, nesse aspecto, é importante nós compreendermos a necessidade de nossa unidade, do PSB, PT, PC do B e PDT, ganharmos a eleição de FHC. O nome de Lula é excelente para enfrentar essa luta."

JOSÉ MACHADO - líder da Bancada do PT na Câmara dos Deputados

"Ficou evidente, ao longo de 1997, que o governo FHC é autoritário. Um governo que usou e abusou de medidas provisórias, se utilizou do rolo compressor, ou seja, de métodos espúrios de alichiamento de parlamentares, de ofertas, para que fossem aprovadas as suas propostas. Sejam as propostas de reforma constitucional, sejam as ligadas ao ajuste fiscal ou à reeleição, que deixou uma nódoa, uma mancha não-esclarecida, já que o governo não permitiu que se esclarecesse a denúncia de compra de votos. Em 98, precisamos recolocar a programática da democracia, ou não vamos romper essa muralha que se criou no sentido de a maioria impor sua vontade sobre a minoria de forma espúria, violenta às vezes. Será um ano de mobilização, de disputa e, espero que, como em 97, isso seja feito ao lado dos demais partidos que compõem o Bloco das Oposições. Nós temos propostas para o país. A oposição vai se preparar, com Lula comandando, para ganhar as eleições, mudar o modelo de desenvolvimento econômico e criar esperança e perspectivas de dias melhores para o povo brasileiro."

PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO - secretário agrário nacional do PT

"A aprovação da emenda que permite a reeleição de FHC; a Vale do Rio Doce; a dilapidação das companhias energéticas estatais e a proposta empresarial de troca de emprego por redução de salário foram pontos contra o projeto brasileiro. O primeiro permite o uso da máquina administrativa do Estado para assegurar a continuidade da política liquidacionista; os dois outros significam uma substancial redução do poder do Estado brasileiro; e o último demonstra que o capital já se sente em condições de desafiar desfavoravelmente o trabalho. Do lado dos que acreditam no Brasil, os fatos mais importantes foram a Marcha dos Sem-Terra a Brasília, a crise das Bolsas e o lançamento da candidatura Lula a presidente da República. O primeiro reacendeu a esperança; o segundo despertou a primeira grande dúvida sobre o modelo neoliberal em amplas camadas da opinião pública, abrindo uma brecha no 'pensamento único'; e o terceiro viabiliza uma ampla mobilização, capaz de unificar as lutas particulares e de conduzir o povo a um enfrentamento com a política de desmacionalização e de destruição das conquistas populares."

MARCIO JARDIM - vice-presidente da UNE

"FHC termina o ano na defensiva. Os sinais de insatisfação com a política do governo são crescentes, e o movimento social conseguiu botar a cara de fora. A julgar pelos acontecimentos mais recentes, crise das Bolsas, o Encontro Popular contra o Neoliberalismo, a candidatura Lula para presidente, a resistência do ABC contra a redução dos salários, tudo leva a crer que 98 vai ser um ano de intensas mobilizações, que as coisas estão mudando e que o jogo pode virar para o nosso lado."

BENEDITA DA SILVA - senadora (PT/RJ)

"1997 foi um ano difícil. A oposição teve de enfrentar e está enfrentando o projeto neoliberal que tem desencadeado o desemprego e tem deixado a população sem perspectiva. Mas também foi um ano em que a oposição teve que trabalhar e se desdobrar para que pudéssemos ter a certeza de que o interesse do povo estava por nós sendo defendido a contento no Congresso. E neste momento estamos também com a expectativa de encarar 1998 com muita força e garra, fazendo com que haja uma aliança das oposições. É isso que estamos tentando no Rio de Janeiro: consolidar um processo de aliança no campo popular e democrático para dar sustentação a Lula. Vamos dizer que FHC não estará sozinho nesse páreo, ele terá um grande concorrente para disputar com igualdade, com responsabilidade de fazer virar a história do nosso país. O Brasil, em 1998, certamente será outro com a candidatura de Lula para pre-

Alianças se definem no Centro-Oeste

Se a vontade e a disposição estiverem, como em 96, em consonância com a unidade petista. Zeca do PT poderá ser o próximo governador do Mato Grosso do Sul. Por pouco, e por conta de uma fraude deslavada nas últimas eleições, Zeca não se tornou prefeito da capital, Campo Grande.

Deputado estadual, Zeca já é o nome indicado pelo PT para disputar o governo estadual. Até o momento, ele visitou as principais cidades, num total de 30. Foram oito caravanas, cobrindo 80% do eleitorado do Estado.

Pesquisas indicam que o candidato da Frente Democrática e Popular está com 27% das intenções de voto, enquanto seu adversário Pedro Pedrossian, do PTH (por três vezes governador do Estado), mantém uma média de 36%. O atual governador, Wilson Barbosa (PMDB), aparece com 5% nas pesquisas.

Por causa de seu fraco desempenho, o PMDB — que governa a capital — busca uma aliança com o PSDB, PPR e PFL, numa tentativa de isolar o candidato petebista. Segundo Agamenon do Prado, presidente do DR/MS, os governistas ainda não conseguiram definir um candidato. Dizem que o PFL, rachado, poderá aderir à candidatura Pedrossian.

Do lado de cá, porém, já está

Arquivo DN



Zeca (à esq.), durante campanha para prefeito

fechada a aliança do PT, PDT e PC do B. Continuam as articulações com PPS, PSB, PV e PMN. O ex-presidente da OAB/MS, Carmelino Resende, poderá compor a chapa da Frente como vice-governador ou disputando uma vaga no Senado.

Em Mato Grosso do Sul, o PT realizou nos dias 28 e 29 de novembro uma Conferência, reforçando a candidatura Zeca e constituindo o Grupo de Trabalho Eleitoral. No dia 13 de dezembro foram constituídas as comissões temáticas. O Encontro Estadual será realizado em março.

Mato Grosso

No Estado vizinho, Mato Grosso, ainda em junho o PT decidiu que é preciso somar todos os esforços para que a esquer-

da tenha seu próprio candidato. Aguardando a posição dos partidos aliados, os petistas acreditam que o deputado federal Gilney Viana é a melhor opção para aglutinar a esquerda.

A presidente do DR/MT, Gírlene Ramos, disse que a política neoliberal do governo Dante de Oliveira (PSDB), aliado do governo federal, está levando à destruição do Estado, e que a esquerda tem realizado várias reuniões em busca da unidade. A Comissão Executiva Estadual e o Diretório Regional fazem reuniões sistemáticas.

Os dirigentes petistas estão conversando com o PC do B, PV, PDT e PSB. Até o momento, a aliança está definida entre o PT, PC do B e PV. O PDT está fechado com o PMDB, de Júlio Campos e Carlos Gomes Bezerra — defensores da política neoliberal, segundo Gírlene —, mas quer discutir com o PT a chapa proporcional. A Executiva não aceitou a proposta porque a decisão do DR é por aliança total.

O atual governador vai disputar a reeleição, e seu partido, o PSDB, já se manifestou contrário à aliança com o PDT, o que poderá pesar positivamente para concretizar a união dos petistas com a Frente Democrática. Os adversários da Fren-

te poderão formar o dueto PMDB-PSDB.

Enquanto se aguarda a apresentação de outros nomes pelos aliados, Gírlene diz que o PT quer sua consolidação enquanto Partido. Em Cuiabá, por exemplo, tem-se a informação de que Gilney aparece com 10%, 12% das intenções de voto. A média estadual é de 5%. O PT geralmente não é incluído nos questionários pelos institutos de pesquisa.

A Executiva já se reuniu para discutir a realização de um seminário para elaboração do plano de governo, lançamento da candidatura e estratégia mínima de campanha.

Goiás

Dos sete partidos que compuseram a Frente Popular em 94, cinco devem compor agora a Frente contra o Neoliberalismo de Goiás (PT, PC do B, PDT, PV e PSTU). Para o secretário-geral do DR/GO, Marcos Teles, o PSB, PT do B e PMN devem fechar uma aliança para 98. A saída do ex-prefeito Darci Accorsi do PT e sua entrada para o PSB, segundo Teles, fortaleceu a aproximação desses partidos com o centro.

A partir de um entendimento anterior, o PT de Goiás decidiu lançar uma candidatura pró-

Arquivo DN



Arlete Sampaio, vice-governadora do DF

pria. Vários nomes estão em discussão, como o do deputado federal Pedro Wilson, o presidente do DR, Ruben Ottoni, o ex-deputado estadual Athos Magno, o militante petista dr. Nelson Gillete e o líder comunitário Enio Brito.

Os partidos da Frente, diz Marcos, acham que o PT já deveria ter definido o nome; eles reivindicam vagas para vice-governador e senador. Até a próxima reunião do DR, em 1º de março, o PT quer chegar a uma candidatura de consenso. Se isso não for possível, o Encontro, na segunda semana de abril, definirá a candidatura e a chapa de proporcionais.

Distrito Federal

Nos dias 6 e 7 de dezembro.

o Encontro Extraordinário do PT/DF definiu que o PT não será contra a proposta de reeleição do governador do DF. Aprovou também a disposição do Partido em buscar a reconstituição da Frente Brasília Popular, com o PDT, PSB, PC do B e PCB, tendo como proposta a reeleição da chapa Cristovam Buarque-Arlete Sampaio. O nome para a vaga do Senado seria proposto pelos partidos aliados. O PT vai reivindicar também 50% da chapa proporcional.

As reuniões com os partidos da Frente vão continuar até março, quando acontece o Encontro Estadual, que poderá ou não referendar a aprovação da proposta de reeleição. O presidente do DR/DF, deputado Chico Vigilante, informou que o PSB está reivindicando a vaga de vice-governador para seu presidente regional, Gustavo Balduino. O PDT defende a vaga para o Senado com Ozires Lopes Filho.

A vice-governadora Arlete Sampaio, que chegou a ter seu nome indicado para o governo do DF, caso o governador não disputasse a reeleição, adiantou que a maioria dos petistas apoia a recandidatura de Cristovam Buarque e que, se a prévia fosse colocada em discussão, ela não disputaria.

MARCHA PELO EMPREGO

Luta pelo emprego está na ordem do dia

A praça da Sé, em São Paulo, foi palco novamente, no dia 5 de dezembro, de manifestação em defesa dos interesses da população. Nessa data, quase quatro mil lideranças e militantes de diversos partidos e entidades de todo o país reuniram-se em frente à catedral, após marcharem desde a praça da República, para empunhar a bandeira por emprego, terra e cidadania.

"Temos que fazer com que o desemprego seja uma preocupação para o Governo, e a única maneira é mostrar que há desemprego no Brasil", disse Luiz Inácio Lula da Silva no ato. E continuou: "O desempregado não tem que ficar escondido em casa, com vergonha de sair à rua. Por isso, lanço um desafio aos partidos e sindicatos aqui presentes. Procurem os desempregados em suas cidades e faça-os aparecer. Precisamos montar acampamentos de desempregados em frente às fábricas, nas portas dos palácios de governos, em Brasília. Só assim o desemprego deixará de ser um problema social para se tornar um problema político".

O presidente nacional do PT, José Dirceu, ressaltou a importância da unidade. "Temos que fazer o maior movimento político e popular a que o país já assistiu em 98. Precisamos todos nos organizar para que o ano que vem seja um ano de luta por trabalho, terra e cidadania", conclamou Dirceu.

"O ano de 98 começou hoje. É hora de todos os que lutamos pela dignidade irmos às ruas. Vamos mostrar que os trabalhadores não vão comer o pão que o diabo FHC amassou", disse o presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho. A Marcha reuniu militantes

Jorge Marano



Pacote fiscal do governo mereceu crítica dos manifestantes presentes na praça da Sé

dos mais variados segmentos e parados: sindicalistas, estudantes, professores, negros, gays e lésbicas, mulheres, religiosos, aposentados, sem-tetos, sem-terra, encorajados, ONGs, PT, PC do B, PDT, PSB, PCB, PSTU e até um dirigente da central sindical Cosatu, da África do Sul.

Uma intensa mobilização em diversos Estados precedeu a Marcha e o Encontro Popular, realizado no dia seguinte (ler matéria na página 8). No dia 6 de novembro, a CUT iniciou, em todo o país, a Caravana Nacional em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores, que chegou em Brasília no dia 12 daquele mês, onde foi realizado o protesto em frente ao Congresso e na Esplanada

dos Ministérios. Em São Paulo, foi lançada a Campanha Estadual pelo Emprego, também no dia 6 de novembro, que culminou, no dia 9 de dezembro, com uma exposição de projetos de geração de emprego e renda, sugeridas ou implementadas por governantes, parlamentares e sindicatos, mostrando que é possível atacar de frente o desemprego quando se coloca o assunto como prioridade.

Outras mobilizações importantes foram o ato público no Rio de Janeiro (02/12); a 2ª Conferência sobre Desenvolvimento, Meio Ambiente e Cidadania, no Pará (25 a 28/11); a Marcha dos Sem, no Rio Grande do Sul (28/11); entre outras.

MEMORIA

Madre Cristina, companheira

A morte de Madre Cristina representa, para nós petistas, uma perda inestimável.

Durante o regime militar, na minha opinião, duas pessoas se alçaram em protetores das vítimas do regime de exceção que se instalou no Brasil em 1964, e por elas arriscaram as suas próprias vidas. Dom Paulo Evaristo Arns e Madre Cristina.

Dom Paulo, como Cardeal Arcebispo de São Paulo, abriu as portas da Cúria Metropolitana para a sociedade civil, que buscava a redemocratização do país e da América Latina, vítima dos regimes de segurança nacional.

A Comissão de Justiça e Paz, a Comissão Arquidiocesana de Direitos Humanos e Marginalizados, o Clamor e o Centro Santo Dias são exemplos disto. Além, é claro, das pastorais sociais.

Madre Cristina, por sua vez, como diretora do Instituto Sedes Sapientiae, abriu as portas da sua instituição para grupos de perseguidos exilados e seus familiares e foi acomodando, dentro do

Sedes, diversos movimentos como o MST, a Comissão Pró-Índio, além do CEPIS.

O nosso Partido dos Trabalhadores também nasceu dentro do Sedes. Quando foi fundado, nosso Partido fez as suas primeiras convenções, para discutir estatuto, regimento interno, função dos núcleos de base e organização nas dependências do instituto, em meio à ditadura militar.

Precisávamos de um local para realizar os encontros democráticos preparatórios da legalização do PT. Madre Cristina abriu uma gaveta, retirou uma chave e nos entregou.

Passamos aquele fim-de-semana discutindo o nosso Partido, a sua constituição e a sua legalização. Lembro-me que Madre Cristina, envolta em seu xale característico, discretamente sentou-se em um canto do auditório e acompanhou com toda a atenção as nossas discussões.

Durante a nossa trajetória, o PT sofreu muitos ataques e calúnias. E, diante deles, Madre

Cristina sempre se levantou na defesa do nosso Partido. Mesmo quando divergia de algumas atitudes nossas. Telefonava, reclamava, sugeria, opinava e mantinha-se fiel ao nosso ideário.

Madre Cristina merece a reverência de toda a militância petista. Sobre ser uma legenda na defesa dos Direitos Humanos, da Anistia, das Diretas-Já, do impeachment e de todas as lutas democráticas e sociais do nosso povo, seu exemplo militante deve permanecer em nossa memória para sempre.

Em cada gesto, em cada fato, em cada ato, em cada tática ou estratégia, em cada embate que o nosso Partido travar contra as oligarquias, as elites e os donos do poder devemos sempre lembrar de Madre Cristina, como lembramos de Paulo Freire, Florestan Fernandes e tantos outros companheiros de luta.

Luiz Eduardo Greenhalgh, Advogado e deputado federal pelo PT-SP

Por dentro

Revista Teoria & Debate chega aos 10 anos

A revista *Teoria & Debate*, editada atualmente pela Fundação Perseu Abramo, completou em dezembro 10 anos de existência. Para comemorar a data, foi lançada uma coletânea de entrevistas publicadas, reunidas no livro *Memória — Entrevistas sobre o Brasil do Século XX*, e reformulado o projeto gráfico da revista. O livro traz depoimentos de Antonio Cândido, Armando Mazzo, Lélia Abramo, Apolonio

Agendas 98 já a venda

Já estão à venda, na sede nacional, as Agendas 98 do PT. Com cinco opções de cores (preta, branca, lilás, vermelha e verde), formato 15x21 cm, capa brochura, diversas fotos históricas e textos de dirigentes, as agendas serão vendidas a R\$ 7,00 a unidade. Para grandes quantidades, o preço é menor. As agendas têm também uma novidade de muita utilidade: todos os prazos da nova Lei Eleitoral aprovada pelo Congresso. Pedidos: (011) 233-1310 ou fax (011) 233-1360, com Jussara

Fundação Perseu Abramo (011) 259-8024 e 214-0594

Encontro contra o Neoliberalismo sela unidade das forças populares

No dia 6 de dezembro, partidos políticos e entidades do movimento social de todo o país consolidaram a unidade das forças populares. Reunidas no Encontro Popular contra o Neoliberalismo por Trabalho, Terra e Cidadania, 4.200 lideranças de 1.153 entidades populares e partidárias dos 27 Estados da Federação aprovaram uma plataforma e uma agenda de lutas para, no ano que vem, enfrentar juntas as políticas neoliberais de FHC e propor alternativas à exclusão imposta por essas mesmas políticas.

O Encontro Popular foi a coroação de um processo de unidade iniciado em abril, com a Conferência Nacional em Defesa da Terra, do Trabalho e da Cidadania, realizada em Brasília. Agora, o desafio é ampliar essa unidade, agregando outras entidades importantes para participar.

Os participantes aprovaram o manifesto *Trabalho, Terra e*

Cidadania e resoluções propondo a continuidade da mobilização e uma agenda comum de lutas (leia íntegras abaixo). Também foi aprovada plataforma de lutas, que é uma série de bandeiras e reivindicações que norteiam as ações em busca da dignidade humana e pela inclusão do povo brasileiro na plena cidadania.

Marcha pelo Emprego

Os próximos passos das forças reunidas no Encontro Popular são o fortalecimento de fóruns estaduais, que congreguem as representações regionais dos partidos e entidades; a mobilização nacional contra a reforma da Previdência, tendo como data indicativa o dia 24 de janeiro (Dia Nacional dos Aposentados); e a Marcha Nacional pelo Emprego. A ser iniciada em todo o país no dia 1º de maio, a Marcha tem previsão para chegar em Brasília no início de junho, quando será realizada uma grande manifestação contra o desemprego e em defe-

sa dos direitos dos trabalhadores.

Uma primeira consequência do espírito de união e solidariedade construído no Encontro Popular foi o apoio à luta dos metalúrgicos da região do ABC paulista contra as ameaças da montadora Volkswagen de demitir 10 mil de seus quase 30 mil trabalhadores. Um ato organizado pelo sindicato local, no dia 11 de dezembro, contou com a participação de 30 mil pessoas, incluindo trabalhadores de diversas categorias. O resultado foi que, em negociação, a montadora recuou em seu propósito de reduzir jornada de trabalho e de salários.

Para preparar o cumprimento da plataforma e agenda comum de lutas, foi formado um Fórum Nacional por Trabalho, Terra e Cidadania, composto por representantes das entidades e partidos organizadores do Encontro. O Fórum terá sua próxima reunião no dia 20 de janeiro, na sede nacional da CUT, em São Paulo.

Fotos: Jurjo Mariano



Lula discursa no ginásio do Ibirapuera, onde 4.200 lideranças de partidos e movimentos populares aprovaram plataforma e agenda comuns de luta contra o neoliberalismo para 98



Encontro Popular reuniu representantes de 1.153 organizações dos 27 Estados da Federação: lançadas as sementes que germinarão em lutas do povo

Manifesto do Encontro Popular por Trabalho, Terra e Cidadania

No momento em que nos reunimos, o povo brasileiro sofre com o pacote do governo Fernando Henrique Cardoso. Concretizando sua política, ele ataca brutalmente a nação. Novas demissões somam-se ao já dramático quadro de desemprego. Tudo é feito para favorecer interesses minoritários, dos que lucram com os juros altos e com a miséria do povo. A maior empresa privada do Brasil, a multinacional Volkswagen, por exemplo, ameaça com 10 mil demissões os metalúrgicos que recusaram uma redução dos salários.

Por que o Brasil é um dos países mais atingidos pela crise financeira que estourou do outro lado do mundo? Porque a política de Fernando Henrique nos deixou à mercê da agiotagem internacional. E qual foi a reação do governo? Primeiro dobrou os juros, na esperança de aplacar o apetite dos agiotes. Depois, baixou o Pacote de Novembro, amarrando 20 bilhões de reais da sociedade para cobrir os efeitos da alta dos juros.

Fernando Henrique mentiu. Prometeu desenvolvimento, mas trouxe recessão, desemprego e quebraadeira. Falou em distribuição de renda, mas enriqueceu os ricos e empobrecceu os pobres. Anunciou justiça social, mas só ajudou os banqueiros e especuladores. Acenou com a reforma agrária, mas pôs a polícia para perseguir e massacrar os sem-terra. Posou de democrata, mas governa por medidas provisórias, comprou deputados, favoreceu os financiadores da sua candidatura, aliou-se aos filhotes da ditadura e às oligarquias mais corrompidas, desnaturou a Constituição da República com a manobra da reeleição. Disse que ia investir em saúde e educação, mas empenhou os recursos do Estado e da nação no pagamento dos juros das dívidas externa e interna. Para pagá-los, liquidou o patrimônio das estatais mais importantes e lucrativas, aumentou os impostos, investiu contra os direitos dos aposentados, dos trabalhadores do setor público e privado.

É hora de dar um basta a esta situação inaceitável. Rejeitamos essa política. Falamos em nome de milhares de organizações, movimentos, entidades e partidos de todos os Estados da Federação. Representamos os interesses populares e democráticos, a maior parte da sociedade organizada do país. Não fazemos oposição ao Brasil, como o presidente insinua em sua arrogância imperial. Nós somos o Brasil, os brasileiros e as brasileiras, o país de carne e osso que vive, sofre e luta fora dos palácios de Brasília.

RESOLUÇÕES

- O Encontro Popular contra o Neoliberalismo por Trabalho, Terra e Cidadania:
- Decide construir uma coordenação permanente, composta pelas entidades participantes;
 - Recomenda a realização de encontros, amplos e unitários, nos diferentes Estados e municípios, que discutam as medidas de luta e organização necessárias ao enfrentamento dos ataques do governo FHC, ao mesmo tempo em que constituem suas coordenações;
 - Propõe para o dia 11 de dezembro uma jornada de solidariedade aos metalúrgicos
- do ABC, contra as demissões e pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários;
- Propõe para janeiro mobilização contra a reforma da Previdência, em defesa da Previdência Pública;
 - Propõe para o primeiro de maio de 1998 o início de uma marcha nacional pelo emprego, convergindo para Brasília.
- Participação no Encontro**
- | | |
|-----------|-------|
| Entidades | 1.153 |
| Delegados | 4.200 |
| Estados | 27 |

Somos os sem-emprego e os sem-carreira assinada, os sem-terra e os sem-aumento de salário os sem-casa, sem-segurança, sem-aposentadoria, os usuários dos serviços públicos que o governo sucateia. Somos as maiorias sociais, a juventude ameaçada pela perspectiva da barbárie neoliberal, as mulheres violentadas pela discriminação de gênero, os não-brancos oprimidos pelo racismo. Somos os estudantes e professores, os trabalhadores das ciências e das artes, os intelectuais que não se vendem. Somos os pequenos empresários e agricultores sufocados pela política atual. Somos, em uma palavra e com muito orgulho, o povo brasileiro.

Fomos conscientes do passo inédito que damos aqui, no Ginásio do Ibirapuera, São Paulo. Pela primeira vez reunimos tantos representantes de tão vastos setores e de todos os recantos do país, respeitando e valorizando nossa diversidade e construindo com ela um novo patamar da nossa unidade. Os que virão depois de nós não de ter a dimensão histórica do passo que damos hoje.

Reafirmamos nossa plataforma comum antineoliberal, de luta por Trabalho, Terra e Cidadania. Defendemos o desenvolvimento sustentável, soberano e solidário, a reforma agrária, uma nova política industrial, de defesa do trabalho e do salário, a redução da jornada de trabalho sem redução de salário, a reforma urbana, o reengajamento do Estado na promoção da saúde e da educação, medidas de distribuição da renda, de combate à exclusão, preservação do meio ambiente, defesa da Amazônia, resgate da soberania nacional no enfrentamento da dívida externa, radicalização da democracia. Esta é uma alternativa concreta para a transformação da sociedade, oposta à modernidade perversa de Fernando Henrique e do FMI.

A vitória será nossa. Ao repudiar uma globalização que divide o planeta em globalizadores e globalizados, estendemos as mãos a nossos irmãos da América Latina e de todos os continentes. Somos companheiros da mesma resistência, que por toda parte cresce, dá frutos e impõe derrotas ao neoliberalismo.

A condição para a vitória é a mobilização concreta de milhões por seu direitos e interesses. Juntos, construiremos esta grande mobilização nacional. Desde já, reforçamos o combate às demissões, a defesa da Previdência, dos direitos dos trabalhadores e do povo, convergindo para uma grande Marcha pelo Emprego, a partir do Primeiro de Maio de 1998. Lançamos aqui as sementes que germinarão em lutas do povo. Outros companheiros reforçarão e enriquecerão o movimento. Juntos, avançaremos na conquista de um Brasil soberano, Livre, próspero, feliz.

PROPOSTA DE AGENDA DE MOBILIZAÇÃO

24 de janeiro	Dia Nacional dos Aposentados
8 de março	Dia Internacional da Mulher
7 de abril	Dia Mundial da Saúde
1º de maio	Manifestações em defesa do emprego, salário e redução da jornada de trabalho
abril e maio	Grito da Terra Brasil
3 de junho	Dia Nacional das Ocupações Urbanas
5 de junho	Dia Mundial do Meio Ambiente
11 de agosto	Dia Nacional dos Estudantes e Dia Mundial da Juventude
7 de setembro	Grito dos Excluídos
8 de setembro	Dia Mundial da Alfabetização
21 de setembro	Dia da Juventude
12 de outubro	Dia Internacional da Criança
15 de outubro	Dia do Professor
16 de outubro	Dia Mundial da Alimentação
5 de novembro	Dia da Cultura
20 de novembro	Dia Nacional da Consciência Negra
1º de dezembro	Dia Mundial de Combate à Aids
10 de dezembro	Dia Internacional dos Direitos Humanos

ASSINE O SEMANÁRIO

CUPOM DE ASSINATURA

Assinatura anual 1xR\$ 50,00 2xR\$ 25,00

Cobrança bancária

Cheques nominais ao Partido dos Trabalhadores (anexos)

Depósito bancário nominal para o Partido dos Trabalhadores

Banco do Brasil S/A, Ag. 3323-6 Barra Funda, São Paulo - SP (C/C nº 123456-0 (env e xerox do comprovante))

Nome: _____

Endereço: _____

Profissão: _____ Te: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Sexo: Masc. Fem.

Filitado ao PT: Sim Não

notícias

Ato mostra que País tem oposição

BN discute governo de Espírito Santo

Rua Silveira Martins, 132 (Metró Sd) CEP 01019-000 (011) 233-1313